



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## TERMO DE REFERÊNCIA

**RECUPERAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO DOS ELEVADORES DO BLOCO B  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
AV. VENEZUELA, 134, SAÚDE  
RIO DE JANEIRO - RJ**

**Versão: R07**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B      JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**SUMÁRIO**

<b>CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES GERAIS - LICITAÇÃO</b>	5
1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETO	5
3. DOCUMENTOS QUE REGEM A LICITAÇÃO	7
4. CAPACIDADE OPERACIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE	7
5. APRESENTAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE BDI	8
6. VISTORIA PRÉVIA, ATESTADO DE VISITA / DECLARAÇÃO DA LICITANTE E CONSULTAS	8
7. DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
<b>CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	11
1. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO	11
2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	12
3. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART	14
4. GARANTIA e SUBCONTRATAÇÃO	14
5. LIVRO “DIÁRIO”	15
6. PLACA DE OBRA	15
7. CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO	16
8. ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	16
9. SEGURANÇA DO TRABALHO	17
10. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES, INTERPRETAÇÃO	17
11. CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE	17
12. PRAZO DE EXECUÇÃO	18
13. FORMA DE PAGAMENTO dos serviços executados	19
14. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	21
14.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO	21
14.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO	21
15. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)	22
16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	24
<b>ANEXO 1 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E SERVIÇOS</b>	27
1. ESPECIFICAÇÕES DOS ELEVADORES A RECUPERAR	27
2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DOS componentes a instalar E SERVIÇOS	27
2.1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS A CONSIDERAR	27
2.2. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS	28





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

3. REMOÇÃO DOS COMPONENTES EXISTENTES .....	40
4. TREINAMENTO .....	40
5. LEGALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS .....	41
6. CARACTERÍSTICAS BASE DA LOCALIDADE .....	41
7. ELABORAÇÃO DE PROJETOS .....	42
7.1. ASSINATURA DE PROJETOS .....	43
7.2. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS / PROJETOS "AS BUILT" / CÓPIAS .....	43
<b>ANEXO 2 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO .....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXO 3 – MODELO DE PLACA DE OBRA .....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO 4 – MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO PARA MEDIÇÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO 5 – FOTOS DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS ELEVADORES .....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO 6 - MODELO DE DECLARAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS – BDI .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO 7 - MODELO DE DECLARAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS .....</b>	<b>61</b>





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS - LICITAÇÃO

**RECUPERAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO DOS ELEVADORES DO BLOCO B  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
AV. VENEZUELA, 134, SAÚDE  
RIO DE JANEIRO - RJ**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 4 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES GERAIS - LICITAÇÃO**

**1. INTRODUÇÃO**

Esta Especificação destina-se a nortear a execução de contrato cujo objeto está definido no item "2" deste capítulo e que será firmado entre a Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Rio de Janeiro e empresa de engenharia.

Para efeito desta Especificação:

- Os termos Contratante e SJRJ referem-se à Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária do Rio de Janeiro;
- O termo Contratada refere-se à(s) proponente(s) vencedora(s) do certame licitatório, a quem será(ão) adjudicado(s) os serviços;
- O termo Fiscalização refere-se à equipe que representará a Seção Judiciária do Rio de Janeiro perante a Contratada;
- A sigla SEFIS refere-se à seção responsável pela gestão do contrato, denominada Seção de Fiscalização, vinculada à Coordenação de Projetos e Obras (CPEO), da Subsecretaria de Infraestrutura (SIE).
- Em virtude da característica do equipamento e seu uso, **todos os serviços de cada item só poderão ser contratados a uma mesma empresa**. Isto se dá, em função da necessidade de padronização dos elevadores de cada casa de máquinas.

**2. OBJETO**

**CÓDIGO SIASG Nº 000003557**

Contratação de empresa especializada para **RECUPERAÇÃO de 05 (cinco) elevadores** no prédio Bloco B da Justiça Federal de 1º Grau, localizado na Av. Venezuela, 134, Saúde, Rio de Janeiro - RJ, em conformidade com as normas pertinentes e as diretrizes aqui definidas, incluindo os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.
01	Recuperação dos Elevadores Sociais e de Serviço no Hall Lateral, conforme especificações do Anexo 1 e subitens abaixo:	un	03
1.1	Substituição do sistema de comando, sinalização e acionamento	un	03
1.1.1	Substituição do sistema de comando/acionamento - quadro de comando principal, quadro de comando de cabine e o sistema de segurança a eles atrelados (todos os componentes periféricos de informação de posição e segurança a eles conectados) de um elevador	un	03
1.1.2	Substituição do conjunto formado por todas as botoeiras e sinaleiras de pavimento para o grupo de elevadores do Hall Lateral	un	01
1.1.3	Recuperação geral do motor de tração do elevador	un	03
1.1.4	Sistema de Resgate Automático com NoBreak para casos de oscilação de energia e/ou falha de fornecimento elétrico	un	03
1.1.5	Substituição do painel de alimentação principal do elevador em 380 V – 3Ø – 60 Hz	un	03
1.2	Substituição de todos os acabamentos de cabine	un	03





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

1.2.1	Substituição de todos os acabamentos e revestimentos internos da cabine de um elevador em aço inoxidável e os sistemas de iluminação padrão e de emergência	un	03
1.2.2	Substituição dos pisos em granito da cabine de um elevador	un	03
1.2.3	Fornecimento da proteção acolchoada e instalação de ganchos para sua fixação na cabine de cada elevador do Hall Lateral	un	03
02	Recuperação dos Elevadores Privativo e de Servidores no Hall Principal, conforme especificações do Anexo 1 e subitens abaixo:	un	02
2.1	Substituição do sistema de comando, sinalização e acionamento	un	02
2.1.1	Substituição do sistema de comando/acionamento - quadro de comando principal, quadro de comando de cabine e o sistema de segurança a eles atrelados (todos os componentes periféricos de informação de posição e segurança a eles conectados) de um elevador	un	02
2.1.2	Substituição do conjunto formado por todas as botoeiras e sinaleiras de pavimento para o grupo de elevadores do Hall Lateral	un	01
2.1.3	Recuperação geral do motor de tração do elevador	un	02
2.1.4	Sistema de Resgate Automático com NoBreak para casos de oscilação de energia e/ou falha de fornecimento elétrico	un	02
2.1.5	Substituição do painel de alimentação principal do elevador em 380 V – 3Ø – 60 Hz	un	02
2.2	Substituição de todos os acabamentos de cabine	un	02
2.2.1	Substituição de todos os acabamentos e revestimentos internos da cabine de um elevador em aço inoxidável e os sistemas de iluminação padrão e de emergência	un	02
2.2.2	Substituição dos pisos em granito da cabine de cada elevador	un	02
2.2.3	Fornecimento da proteção acolchoada e instalação de ganchos para sua fixação na cabine de cada elevador do Hall Principal	un	02
03	Substituição do sistema de gestão informatizado e integrado da operação do grupo dos elevadores do Hall Lateral e Principal (sistema de gerenciamento de tráfego) , conforme especificações do Anexo 1.	un	01

**NOTAS:**

- Os itens aqui descritos serão destinados à recuperação dos elevadores cujas características técnicas são descritas no item 1 do Anexo 1 e com as quais deverão ser compatibilizadas tecnicamente pela Contrata;
- Os serviços de recuperação e componentes a serem instalados em substituição aos atuais deverão respeitar as características técnicas especificadas nos itens 2 a 7 do Anexo 1 e demais partes deste Termo de Referência;
- Devido à necessidade de padronização, o escopo de fornecimento deverá ser contratado **em todo com a mesma empresa** e os itens acima descritos serão objeto de **PREÇO GLOBAL de fornecimento**;
- As medições e pagamentos deverão ser realizados em parcelas conforme execução e aprovação das etapas estipuladas no Cronograma Físico e Financeiro conforme item 7 e modelo apresentado no Anexo 2 deste documento.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

### 3. DOCUMENTOS QUE REGEM A LICITAÇÃO

Para cumprimento do objeto acima definido, a(s) licitante(s) deverão obedecer a todos os documentos que regem a presente licitação, em especial:

- Contrato;
- Edital;
- Este Termo de Referência – Capítulos I e II, e seus anexos relacionados abaixo:
- Anexo 1 – Especificação Técnica e Escopo de Serviços;
- Anexo 2 – Cronograma Físico e Financeiro;
- Anexo 3 – Placa de Obras (modelo);
- Anexo 4 – Relatório Fotográfico (modelo);
- Anexo 5 – Fotos das Instalações dos Elevadores;
- Anexo 6 – Planilha de cálculo de BDI;
- Anexo 7 – Planilha para composição dos Encargos Sociais;;
- Desenhos orientativos para a execução do escopo de fornecimento:
  - Layout de piso dos elevadores – ARQ-01/01;
  - Planta de localização dos elevadores – MEC-01/02;
  - Corte de localização dos elevadores – MEC-02/02.

**Nota: Os Anexos 1 a 6 são apensados a esse caderno.**

### 4. CAPACIDADE OPERACIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE

A empresa licitante, observado o disposto no Art.30 da Lei 8.666/93, deverá apresentar a documentação relacionada abaixo para ser considerada tecnicamente habilitada a participar da licitação:

**4.1. Registro** da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em atividade relacionada ao objeto desta licitação.

**4.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) da execução, **pela empresa licitante**, de instalação, modernização, retrofit, recuperação e/ou reforma de elevador com 5 (cinco) ou mais pavimentos, capacidade para 8 (oito) ou mais passageiros (ver notas 2 e 3).

**4.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificado(s) pelo CREA, comprobatório(s) da execução de serviços, **pelo(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) (engenheiro mecânico)**, mencionando, no mínimo, instalação, modernização, retrofit, recuperação e/ou reforma de elevador (ver nota 4).

**4.4. Atestado de Visita ou Declaração da licitante acerca do pleno conhecimento das condições locais**, conforme item “6” – Capítulo I, deste Termo de Referência.

**NOTA 1:** O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ao) mencionar, claramente, as características dos serviços, de modo a não dar margem a dúvidas quanto à similitude com o objeto deste Termo de Referência e/ou com anexos que cumpram tal demanda.

**NOTA 2:** O atestado referente aos serviços de retrofit, recuperação e/ou reforma para a habilitação da empresa deverá demonstrar, no mínimo, a troca do quadro de comando principal e quadro de cabine.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**NOTA 3:** O atestado deverá citar as características aqui demandadas e/ou informar o modelo completo do equipamento objeto do atestado. No último caso, este deve vir acompanhado do catálogo completo do equipamento citado, de forma a deixar claro que o equipamento a que o atestado se refere atende às especificações aqui demandadas. Salientamos que tais documentos estão sujeitos a diligências da SJRJ.

**NOTA 4:** Os profissionais designados como responsáveis técnicos pelos serviços deverão comprovar o vínculo profissional com a licitante por meio de: cópia de carteira de trabalho (CTPS), contrato social da licitante, contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência do mesmo profissional (conforme Acórdão 1806/2015 – TCU – Plenário).

## 5. APRESENTAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE BDI

De acordo com o Acórdão nº 2622/13 do TCU – Plenário, deverá ser apresentado, pela licitante, segundo o modelo constante no Anexo 6, os **detalhamentos das composições do BDI** (bônus e despesas indiretas) com os percentuais praticados, sendo que os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo de BDI, nem tampouco a planilha de custo direto. Os itens Administração Local, Mobilização e Desmobilização deverão constar como **custo direto**, mas não do BDI.

No caso de empresas optantes pelo Simples Nacional, deverá ser observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003 e corresponder ao percentual de ISS, constantes das tabelas dos Anexos I a VI da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do disposto no Acórdão – 2622/13 do TCU.

Deverá ser utilizada a incidência do ISS sobre 50% do custo total da obra no item específico constante da composição do BDI.

### 5.1 Critério de Limite de BDI

Serão aceitos valores para o BDI dos serviços na forma do art. 40 da Lei 8.666/93, admitindo-se que os licitantes deverão respeitar os valores máximos para os preços unitários e global do orçamento-base da licitação.

## 6. VISTORIA PRÉVIA, ATESTADO DE VISITA / DECLARAÇÃO DA LICITANTE E CONSULTAS

**6.1. A visita prévia é extremamente importante para a correto entendimento e caracterização do escopo de serviços**, porém, é facultativa. As empresas interessadas em realizá-la poderão marcar dia e hora para visitar o imóvel, a fim de tomarem conhecimento das condições locais. A visita poderá ser agendada pelos telefones (21) 3218-9079/9641/9841, no horário de 12 às 17h com a SEMEQ, da Subsecretaria de Infraestrutura-SIE, da Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Rio de Janeiro, situada na Avenida Almirante Barroso nº78, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ.

**6.2.** A existência de qualquer dúvida ou questionamento, por parte da empresa interessada, incluindo divergências, omissões, erros, transgressões às normas técnicas, regulamentos, posturas ou leis em vigor, etc., deverá ser comunicada à Comissão Permanente de Licitação - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por escrito, antes da data fixada para apresentação das propostas.

**6.3.** Os esclarecimentos e instruções serão prestados pela Contratante, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, sob a forma de circulares a todos os licitantes, mesmo que apenas um os tenha solicitado.

**6.4. O ato de apresentação da proposta, pelo(s) licitante(s), implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os**







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Contrato** e seus anexos, pois a Contratante não acolherá posteriores reivindicações fundadas na alegação de desconhecimento dos itens mencionados acima, bem como de outros aspectos inerentes à execução dos serviços.

6.5. **Recomenda-se a visita prévia**, para que se faça uma análise minuciosa do local, a compatibilidade com este Termo de Referência, com as Especificações Técnicas e demais documentos integrantes do edital. Essa deverá ser realizada, preferencialmente, **por engenheiro mecânico representante da empresa licitante**.

## 7. DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Salvo quando houver disposição expressa em contrário nos documentos contratuais, caberá à Contratada, todos os materiais (inclusive transporte, movimentação, classificação, controle, armazenagem, vigilância, etc.) ferramentas e equipamentos (inclusive transporte, embarque, desembarque, montagem, guarda, reparos, manutenções, etc.), e mão-de-obra (inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, etc.) necessários à execução dos serviços contratados. Salvo quando definido em contrário, todos os itens de planilha incluem fornecimento, instalação ou colocação.

7.2. Os preços que a licitante cotará deverão incluir os valores correspondentes a lucros e despesas de administração direta e indireta da obra. Tais preços deverão ser detalhados após contratação.

7.3. No caso dos equipamentos, a Contratada deverá observar na instalação dos mesmos, todas as recomendações das normas técnicas, devendo prever e incluir em sua proposta todos os elementos necessários ao correto e pleno funcionamento dos mesmos, que deverão entrar em operação, em fase de teste, a partir da instalação de cada um dos elevadores.

7.4. O ato de apresentação da proposta, pelos licitantes, implicará na tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Contrato e seus anexos, pois a Contratante não acolherá posteriores reivindicações fundadas na alegação de desconhecimento dos itens mencionados acima, bem como de outros aspectos inerentes à elaboração dos projetos e à execução dos serviços;

7.5. Todo e qualquer serviço que esteja contemplado em, pelo menos, um dos documentos contratuais, tais como: Especificação ou Projetos, terá que ser executado, pela Contratada, dentro do preço global proposto e contratado.

7.6. As empresas proponentes deverão considerar em suas propostas que **os valores a faturar sejam definidos e detalhados em função do preço global proposto**, quantitativos e percentuais já **determinados no cronograma físico-financeiro, planilha de BDI** a ser apresentado conforme item 5 deste Capítulo I e **a Planilha de Encargos Sociais** conforme modelos contidos no Anexo 7.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**RECUPERAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO DOS ELEVADORES DO BLOCO B  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
AV. VENEZUELA, 134, SAÚDE  
RIO DE JANEIRO - RJ**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 10 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

### 1. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO

Após a assinatura do Contrato deverão ser apresentados pela Contratada, nos prazos ora estabelecidos, sem exclusão dos demais documentos que se fizerem necessários:

1.1. **Até o 5º dia útil** após a data da assinatura do Contrato:

1.1.1. **Livro “Diário”**: Deverá ser entregue na Subsecretaria de Infraestrutura.

1.1.2. **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica**, deverá(ao) ser encaminhada(s) para assinatura pelo Representante Legal desta SJRJ, com vistas à regularização dos serviços junto ao CREA, **relativa(s) ao(s) responsável(is) técnico(s)** pelos serviços, que deverão ser apresentados neste momento;

1.2. **Conforme Prazo de Execução estabelecido em Cronograma**, deverá ser encaminhado o Projeto Executivo completo e detalhado para análise da Fiscalização, que será devolvido à Contratada, em até 10 (dez) dias, com comentários e solicitações de correções.

1.3. **Conforme Prazo de Execução estabelecido em Cronograma**, a Contratada deverá entregar os Projetos corrigidos sem erros, em cópia impressa em papel sulfite e cópia digital (CD-R e/ou PEN-Drive).

1.4. **Conforme Prazo de Execução estabelecido em Cronograma**, a Contratada deverá entregar os Projetos Executivos devidamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

1.5. **Precedendo à execução dos serviços**:

1.5.1. **Relação de pessoal**: deverá ser encaminhada relação de pessoal que trabalhará na execução dos serviços devidamente identificados através de seus documentos de identidade, devendo ser periodicamente atualizada pela Contratada;

1.5.2. **Relação de ferramentas e equipamentos**: deverá ser encaminhada relação de ferramentas e equipamentos, de propriedade da Contratada, que serão utilizados na execução dos serviços, devendo ser periodicamente atualizada.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## 2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Caberá, à Contratada, sem exclusão das demais obrigações legais e contratuais exigíveis:

- 2.1. Realizar, impreterivelmente, no quinto dia útil após a data da assinatura do Contrato, na SJRJ, reunião com a presença do(s) responsável(is) técnico(s) da Contratada, e de representante(s) da Contratante, para definição, em conjunto, das diretrizes para execução dos serviços e projetos, e esclarecimentos de eventuais dúvidas operacionais, haja vista que as dúvidas relacionadas com as questões técnicas já terão sido dirimidas na fase licitatória.
- 2.2. Tomar todas as providências necessárias a sua imediata mobilização, e início dos serviços, após assinatura do Contrato, de modo que fique claramente demonstrado, à Contratante, o seu empenho no cumprimento real das datas de início efetivo dos serviços, visando o seu término na data prevista no Contrato.
- 2.3. Fornecer somente produtos novos, de primeira qualidade, procedentes de fabricantes em atividade, não se admitindo componentes mecânicos, elétricos ou eletrônicos que não possam ser mantidos por quaisquer outras empresas de manutenção após o período de garantia.
- 2.4. Providenciar condições de trabalho, de tal forma que não prejudique a manutenção preventiva e corretiva executada por outra empresa nos elevadores que não sejam objeto de reforma e/ou que estejam em funcionamento, de acordo com instruções normativas da GEM.
- 2.5. Garantir as condições para a perfeita armazenagem de equipamentos e materiais, em locais a serem indicados pela Contratante.
- 2.6. Realizar e manter, devidamente aparelhadas, todas as instalações que sejam necessárias à completa execução dos serviços, durante toda a duração do Contrato, por sua conta e responsabilidade, sem ônus para a Contratante.
- 2.7. Realizar, as operações de carga e descarga necessárias, nos períodos permitidos pelos órgãos competentes, para a realização de tais atividades.
- 2.8. Garantir que seus funcionários transitem no local dos serviços, devidamente uniformizados e calçados, utilizando os respectivos EPIs. Dotar o local de execução dos serviços dos EPCs necessários e exigidos na legislação vigente.
- 2.9. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação do quadro técnico exigidas neste Termo de Referência.
- 2.10. Manter, em situação empregatícia regular, as equipes que prestarão serviços nas dependências da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, obedecendo às normas do Ministério do Trabalho e Emprego, reservando-se a Contratante, o direito de exigir comprovação do cumprimento desta cláusula sempre que julgar conveniente.
- 2.11. Seguir as instruções da Contratante, as quais deverá receber diretamente por meio de seu engenheiro responsável ou seu preposto, para a correta execução dos serviços a serem prestados.
- 2.12. Manter listagem atualizada de todos os funcionários prestando serviços à Contratante, além de atender à solicitação para a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2.13. Encaminhar previamente à Contratante, em caso de substituição do responsável técnico, a mesma documentação técnica exigida inicialmente, incluindo Atestado de Capacidade Técnica do novo responsável técnico a fim de ser avaliado pela Contratante, acompanhado de:

- a) comprovante da baixa, perante o CREA-RJ, da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional a ser substituído;
- b) cópia da ART do novo profissional acompanhada do boleto de pagamento quitado.

2.14. Arcar com todos os custos e providências para a regularidade das instalações junto aos Órgãos competentes, tais como CREA-RJ e GEM, incluindo credenciamento e substituição de responsabilidade técnica junto a tais Órgãos, caso aplicável.

2.15. Depositar os materiais inflamáveis, caso necessário, somente em áreas previamente autorizadas pela Contratante, devendo a Contratada providenciar, para estas áreas, os dispositivos de proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.

2.16. Providenciar, às suas expensas, toda e qualquer sinalização, isolamento e proteção das áreas em que serão executados os serviços de instalação e de manutenção dos elevadores recuperados.

2.17. Responder por todos os ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e relativas a acidentes de trabalho, alimentação e transporte, e por todos os outros benefícios decorrentes da relação de emprego dos profissionais designados para a execução dos serviços contratados, acordado no dissídio coletivo da categoria e em conformidade com a legislação vigente.

2.18. Solucionar os problemas de execução dos serviços sem qualquer ônus para a Contratante.

2.19. Obedecer, na execução dos serviços e no fornecimento dos materiais e equipamentos, às seguintes normas técnicas e jurídicas vigentes e aplicáveis, ou à boa técnica:

- a) Lei 2743/99, do município do Rio de Janeiro;
- b) Decreto 897/76, do Estado do Rio de Janeiro (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico);
- c) Resolução 142/94, da Secretaria da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro;
- d) Resolução nº 425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA);
- e) Normas da ABNT, especialmente à NBR NM 207 (requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores elétricos de passageiros), à NBR 5665 (Cálculo do tráfego nos elevadores) e à NBR 13994 (Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência);
- f) Este Termo de Referência e as especificações técnicas;
- g) Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- h) Normas internacionais consagradas, como fonte supletiva às normas da ABNT, na inexistência de normas nacionais.
- i) NR-10.

2.20. Arcar com o ônus dos danos causados a bens móveis/imóveis, da Contratante ou de terceiros, durante a execução dos serviços contratados.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2.21. Apresentar, nos prazos contratuais previstos, os projetos para apreciação pela Contratante, que poderá aceitá-los, propor modificações ou rejeitá-los, até que atendam aos seus objetivos, devendo a Contratada promover todas as correções solicitadas.

2.22. Garantir, ao final dos trabalhos, que os locais dos serviços, estejam em perfeitas condições de limpeza e conservação.

2.23. Garantir o perfeito funcionamento dos elevadores, desde a emissão do Termo de Recebimento Provisório até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2.24. Garantir que o descarte dos materiais e demais procedimentos de condução da obra sejam feitos de forma ambientalmente sustentável e respeitando todas as normas e legislações aplicáveis na ocasião do contrato, conforme as listadas abaixo:

- a) Lei nº 9.433 de 08/01/1997 – Política Nacional do Meio Ambiente
- b) Lei nº 9.605 de 12/02/1998 – Lei de Crimes Ambientais
- c) Lei nº 7.347 de 24/07/1985 – Lei da Ação Civil Pública
- d) Lei nº 9795 de 27/04/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental
- e) Lei nº 9984 de 17/07/2000 - Política Nacional de Recursos Hídricos
- f) Lei nº 10165 de 27/12/2000 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental
- g) Lei nº 12.305 de 02/08/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- h) Decreto nº 7.404 de 23/12/2010 – Regulamentação da lei nº 12.305/2010
- i) Decreto nº 7.746 de 05/07/2012 – Contratações Públicas Sustentáveis

### 3. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART

3.1. Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo estabelecido no item “1” deste capítulo, a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica relativa(s) ao(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços contratados devidamente preenchida(s) para permitir a assinatura da(s) mesma(s) pelo representante legal da Contratante, devendo estar acompanhada(s) pelo(s) respectivo(s) boleto(s) de pagamento devidamente quitado(s).

3.2. A(s) ART(s) deverá(o) ser imediatamente cadastrada(s), pela Contratada, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – RJ, vistas à regularização dos serviços, devendo a Contratada atender às demais exigências porventura firmadas.

### 4. GARANTIA E SUBCONTRATAÇÃO

#### 4.1. Garantia dos Componentes e Serviços Executados:

4.1.1. Os elevadores a serem reformados no Bloco B, entrarão em garantia total para todos os componentes e sistemas recuperados pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, que será emitido ao final da reforma do último elevador e entrega do sistema de gerenciamento de tráfego comissionado e em plena operação.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

4.1.2. A garantia cobrirá defeitos de fabricação, de instalação, de funcionamento e compreenderá a reposição de peças e componentes dos elevadores, assim como, as manutenções corretivas.

4.1.3. Os reparos ou a substituição de peças, independentemente da causa, bem como a execução de qualquer serviço, desde que necessários à manutenção do perfeito funcionamento dos elevadores nesse período, deverão ser providenciados imediatamente pela Contratada, sem nenhum ônus para a Contratante. Essa disposição inclui também a regravação de aplicativos para computadores que estabeleçam padrões de funcionamento dos elevadores, em função das necessidades de uso do prédio constatadas nesse período.

4.1.4. Os prazos para resolução de possíveis problemas técnicos e/ou fornecimento de peças e componentes de reposição em garantia serão tais que nenhum prejuízo operacional seja imposto à Contratante, a cuja apreciação deverão ser submetidos os casos excepcionais. Tais prazos deverão atender ao seguinte critério:

- Primeiro Atendimento: em até 1 (um) dia útil após recebimento do aviso de falha;
- Resolução do problema: em até 5 (cinco) dias úteis após recebimento do aviso de falha.

#### 4.2. Subcontratação:

4.2.1. A subcontratação somente será permitida para serviços civis complementares, serviços de parametrização e montagem ou serviço que, por sua característica peculiar, não esteja no escopo daqueles normalmente praticados pelas empresas instaladoras de elevadores, devendo a Contratada responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais.

4.2.2. A eventual subcontratação de serviços deverá ser autorizada pela Contratante, devendo ser solicitada formalmente através de documento próprio, devendo ser justificado o pedido, e não eximirá a Contratada da responsabilidade e garantias definidas neste Termo de Referência, nem de quaisquer outras, exigidas pelo contrato e seus anexos.

#### 5. LIVRO "DIÁRIO"

5.1 A Contratada deverá fornecer e manter no local dos serviços, desde o seu início e durante a duração da obra/serviços, um livro "Diário", onde serão anotadas todas as observações importantes, para que todo o desenvolvimento dos trabalhos seja documentado, possibilitando consultas posteriores.

5.2 Neste "Diário" serão transmitidas todas as instruções de serviço ou comunicações da Fiscalização à Contratada, ou vice-versa. Suas páginas deverão ser visadas por ambas as partes, numeradas, em 03 (três) vias, das quais 01 (uma) via ficará em poder da Contratante, outra em poder da Contratada, e a terceira, no local dos serviços, presa ao livro Diário.

5.3 Concluídos os serviços, os volumes serão arquivados na Subsecretaria de Infraestrutura - SIE / SJRJ por meio físico ou digital.

#### 6. PLACA DE OBRA

6.1 A Contratada deverá, **precedendo ao início dos serviços**, fornecer e instalar, em local visível, 01 (uma) placa de obra/serviços, de acordo com modelo constante do Anexo 3, com indicação da Contratante, atendendo às exigências do CREA-RJ e da Prefeitura Municipal, na dimensão de 2,00 x 1,20m.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## 7. CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO

7.1. **A Contratada deverá cumprir o Cronograma Físico-Financeiro**, elaborado pela Contratante, constante do Anexo 2.

7.2 Com base no Cronograma físico/financeiro, a Contratada deverá efetuar planejamento da execução do escopo de serviços, que **deverá ser executado em 7 (sete) meses**.

7.3. Os valores propostos pela Contratante em seu cronograma físico-financeiro, para as medições, bem como os prazos relacionados, serão considerados marcos contratuais, e seu descumprimento ensejará a análise acerca da aplicação de penalidades, pela Contratante.

7.4. Durante a execução dos serviços, se verificado atraso por parte da Contratada no cumprimento do cronograma da obra, e tendo sido solicitado pela Contratante, a implementação das devidas medidas corretivas, tais como: aumento da equipe; execução de serviços em horários extraordinários e/ou a adoção de novo turno de serviços como o noturno, por ex., deverá a Contratada apresentar, no prazo de **48 horas** a partir da solicitação da Contratante, a programação para os serviços em horários extraordinários (dias e horários), bem como a relação de pessoal para a execução dos mesmos. O descumprimento de tal solicitação, por parte da Contratada, poderá ensejar a análise acerca da aplicação de penalidade pela Contratante, considerando que o descumprimento do cronograma enquadra-se em descumprimento contratual.

7.5. Caso haja a antecipação da execução e entrega das etapas contidas no cronograma de planejamento, os valores correspondentes aos respectivos eventos antecipados serão pagos conforme valores considerados no cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária.

## 8. ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução da obra será acompanhada pela Fiscalização da Contratante, para tanto instituída, devendo, sem exclusão das demais atribuições cabíveis:

8.1.1. Promover a avaliação das etapas executadas, observando o disposto no Cronograma Físico-Financeiro;

8.1.2. Fiscalizar os serviços contratados e zelar pelo rigoroso cumprimento dos termos contratuais;

8.1.3. Atestar o documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

8.2. A Contratante designará, como fiscal(is), servidor(es) que terá(ão) autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer orientação, controle, fiscalização e obrigações contratuais relacionadas, sem que isso configure qualquer transferência, entre as partes, de responsabilidade pelos serviços. As relações entre a Contratante e a Contratada serão mantidas, preferencialmente, por intermédio da fiscalização.

8.3. As exigências da Fiscalização basear-se-ão nos projetos, especificações, nos termos contratuais, no presente Termo de Referência e nas regras básicas da boa técnica e nas normas técnicas.

8.4. A Contratada deverá facilitar todas as ações da fiscalização, bem como assegurar, seu acesso ao livro diário.







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

8.5. Todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais poderão ser impugnados pela Fiscalização, cabendo à Contratada refazê-los logo após o recebimento da ordem correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas dessas providências.

## 9. SEGURANÇA DO TRABALHO

9.1. A Contratada deverá adotar todas as precauções para prevenir acidentes, em especial (mas não apenas) quedas de pessoas, quedas de objetos sobre pessoas e choques elétricos. A Contratada deverá, ainda, proteger seus empregados e terceiros contra os efeitos de eventuais acidentes, devendo assisti-los na eventualidade de ocorrerem.

9.2. Independentemente de outras obrigações previstas em legislação, a Contratada deverá sinalizar todos os locais que ofereçam riscos e dotá-los de dispositivos que eliminem tais riscos.

9.3. Deverão ser respeitadas as Normas do Ministério do Trabalho e toda a Legislação pertinente. Deverão ser previstos, às expensas da Contratada, Equipamentos de Proteção Individual / Coletivo (EPIs / EPCs), cuja utilização, durante todos os serviços a serem executados, será obrigatória por todas as pessoas envolvidas com os trabalhos.

9.4. Todos os profissionais (eletricistas, técnicos e engenheiros) que vierem atuar na ligação de equipamentos elétricos e instalação de infraestrutura elétrica deverão possuir certificado de comprovação de treinamento da NR-10.

## 10. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES, INTERPRETAÇÃO

10.1. Todo e qualquer serviço que esteja contemplado em, pelo menos, um dos documentos contratuais, tais como: Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos ou Planilha de Quantitativos, terá que ser executado, pela Contratada, dentro do preço proposto e contratado para cada item, conforme **item 6 do Capítulo I**.

10.2. Todo o material fornecido pela Contratada deverá ser novo, de primeira qualidade, de acordo com os requisitos deste Termo de Referência, sendo vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas, em substituição ao tecnicamente indicado.

10.3. A Contratada apresentará à Contratante, quando solicitado, precedendo-se à compra, amostra dos materiais, que pretenda empregar, deixando-a, enquanto vigorar o contrato, em poder da Fiscalização, que terá a incumbência de arquivar as referidas amostras nas dependências da Subsecretaria de Infraestrutura-SIE.

10.4. A expressão “de primeira qualidade” tem, no presente Termo de Referência, o sentido que lhe é dado usualmente no comércio, indicando, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior (1ª, extra, super, “fine”, etc.).

## 11. CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE

11.1 Nas especificações técnicas, a identificação de materiais ou equipamentos por determinada marca e/ou fabricante implica, apenas, caracterização de uma similaridade que, tradicionalmente, é reconhecida pela Contratante.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

11.2. Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam **similaridade total** se desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características de qualidade, comportamento e funcionamento, incluindo, quando for o caso, o seu enquadramento nas normas da ABNT específicas.

11.3. A substituição de um material por outro, se necessário, poderá ser proposta pela Contratada para apreciação pela Contratante, quando houver **similaridade total** entre os mesmos, mediante justificativa fundamentada acerca da substituição proposta e devidamente acompanhada de documentação comprobatória da similaridade total existente, em até **10(dez)** dias úteis precedendo a compra do material.

11.4. Na ocorrência de **similaridade total**, a substituição, após previamente autorizada pela Contratante, se processará sem haver compensação financeira, seja em favor da Contratante ou da Contratada, devendo a autorização para utilização do similar ser dada por escrito, pela Contratante.

11.5. A proposta de substituição envolvendo similaridade será sempre apresentada com antecedência pela Contratada, pois a Contratante não admitirá que eventuais atrasos na conclusão dos serviços, sejam justificados com base no motivo acima.

11.6. Caso os procedimentos acima não sejam cumpridos pela Contratada, prevalecerão os padrões originalmente especificados.

11.7. Na hipótese de dúvidas, a Contratada deverá providenciar, às suas expensas, ensaios e/ou provas efetuadas no material/equipamento, em laboratório indicado pela Contratante, e sob acompanhamento da Fiscalização, que comprovem a similaridade porventura existente.

## 12. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo previsto para a execução integral dos serviços será **de 210 (duzentos e dez) dias** contados do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato/Empenho. Cada etapa deverá obedecer ao cronograma básico a seguir.

SERVIÇO	PRAZO DE EXECUÇÃO
Entrega do Projeto Executivo	<b>15 (quinze) dias</b> a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato
Entrega dos Projetos Executivos revisados/aprovados pela SJRJ	<b>21 (vinte e um) dias</b> a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato
Entrega do 1º elevador totalmente recuperado	<b>120 (cento e vinte) dias</b> a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato
Entrega do 2º elevador totalmente recuperado	<b>150 (cento e cinquenta) dias</b> a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato
Entrega do 3º elevador totalmente recuperado	<b>165 (cento e sessenta e cinco) dias</b> a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato
Entrega do 4º elevador totalmente recuperado	<b>195 (cento e noventa e cinco) dias</b> a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 18 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Entrega do 5º elevador totalmente recuperado	<b>210 (duzentos e dez) dias</b> a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato
Entrega do Projeto Executivo devidamente aprovado pelos órgãos públicos competentes, caso aplicável e "As Built"	<b>210 (duzentos e dez) dias</b> a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato

**NOTA:** Os prazos informados no cronograma são máximos, não impedindo que a Contratada os antecipe, o que é desejável.

### 13. FORMA DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

13.1 O pagamento à Contratada será efetuado em sete medições mensais, e efetivado por crédito em conta corrente, mediante ordem bancária, cuja data de emissão será considerada como data do pagamento, em até 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência, concomitante, dos seguintes eventos:

- Apresentação da nota fiscal correspondente aos serviços executados e do seu devido atesto pela Contratante;
- O cumprimento, pela Contratada, da comprovação de todas as exigências legais aplicáveis, em especial as de caráter trabalhista, fiscal e previdenciário.

13.2. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados em sete medições mensais, realizados proporcionalmente aos itens de serviços totalmente executados e conforme estabelecido em Cronograma apresentado no Anexo 2.

#### 13.2.1 Entrega do PROJETO Executivo dos Elevadores Revisado

Deverão ser apresentados os Projetos Executivos Revisados, considerando a entrega para a verificação da Fiscalização da SJRJ dos **descritivos técnicos das mudanças a realizar considerando a exposição das características atuais e futuras** citando:

- i. Interfaces e posicionamento dos componentes a substituir/reformar;
- ii. Desenhos elétricos e de posicionamento dos quadros de comando novos;
- iii. Incidências das cargas consideradas no projeto;
- iv. Modelo dos componentes a instalar em substituição aos atuais;
- v. Descrição e layout dos novos acabamentos da cabine dos elevadores;
- vi. Ligações elétricas entre as linhas de alimentação elétrica e as máquinas e demais cargas elétricas dos elevadores;
- vii. Demais detalhes construtivos tecnicamente relevantes à reforma, a critério da Fiscalização.

Quanto ao pagamento, o evento PROJETO será dividido em duas etapas distintas para cada hall de elevadores quanto a sua efetivação:

1. Pela **APROVAÇÃO dos Projetos Executivos pela Fiscalização da SJRJ**, considerando a aprovação formal da Fiscalização Mecânica, Elétrica e/ou Civil, se aplicável, sobre os desenhos e documentos apresentados conforme texto acima.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2. Pela **APROVAÇÃO dos Projetos Executivos na GEM-RioLuz da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ou outro órgão aplicável, caso seja pertinente** esta apresentação/aprovação, visto que não está sendo feita nenhuma alteração nas características técnicas dos equipamentos em questão. Caso tal aprovação não seja aplicável, a Contratada deverá apresentar documentação explicitando e embasando tal fato. Também faz parte deste evento a **APRESENTAÇÃO DO PROJETO "AS BUILT"**.

### 13.2.2. RECUPERAÇÃO dos Elevadores

Os eventos referentes ao serviço completo de recuperação dos elevadores serão medidos proporcionalmente a medida que as etapas descritas no Cronograma Físico-Financeiro do Anexo 2 forem sendo cumpridas plenamente.

Tais etapas são relacionadas ao escopo de serviços descritos nos **itens 01 e 02 da Tabela constante no item 2 do Capítulo I deste Termo de Referência.**

Considera-se cada etapa cumprida plenamente quando os serviços de **INSTALAÇÃO** pertinentes forem efetivamente executados, estejam em funcionamento normal e aprovados pela Fiscalização Técnica respeitando os critérios técnicos definidos no Anexo 1 desse documento.

Quanto ao pagamento, o evento **RECUPERAÇÃO dos Elevadores** será dividido em três etapas distintas para cada elevador considerado no projeto quanto a sua efetivação:

1. Após a **ENTREGA DOS MATERIAIS do Sistema de Comando e Acionamento novo por elevador**, subitens 1.1 e 1.2 da Tabela supracitada, considerando a **vistoria e anuência formal da Fiscalização Técnica quanto à chegada** nas dependências da SJRJ de todos os componentes a eles referidos.
2. Após a **INSTALAÇÃO do Sistema de Comando e Acionamento por elevador**, subitens 1.1 e 1.2 da Tabela supracitada, considerando a inspeção técnica e **aprovação da Fiscalização quanto ao perfeito funcionamento de cada elevador** após **comissionamento de partida e entrega** do mesmo.
3. Após a **INSTALAÇÃO dos Novos Acabamentos de Cabine e Forro de Proteção**, subitens 2.1 e 2.2 da Tabela supracitada, considerando a inspeção técnica e **aprovação pela Fiscalização**.

### 13.2.3 Implantação do Sistema de Gerenciamento de Tráfego

O evento em questão **será medido quando** o Sistema de Gerenciamento de Tráfego estiver **totalmente instalado, entregue, com comissionamento de partida executado e o treinamento concluído e de acordo com a Fiscalização Técnica** da SJRJ conforme indicado no Cronograma Físico-Financeiro do Anexo 2.

Tal evento é descrito no item 03 da Tabela constante no item 2 do Capítulo I deste Termo de Referência e os critérios técnicos definidos no Anexo 1 desse documento.

**NOTA:** O ÚLTIMO EVENTO DE PAGAMENTO SÓ PODERÁ SER REALIZADO APÓS A EMISSÃO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, conforme item 14.2 a seguir.

### 13.3. OBTENÇÃO DO VALOR MENSAL A FATURAR:

$$VMF = VM \times IMR$$





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- VMF = Valor Mensal Final **para emissão da nota fiscal**;
- VM = Valor mensal efetivamente medido no mês;
- IMR = Índice de Medição de Resultado expresso em % obtido na tabela do item 15.

**NOTA:** O VALOR MENSAL A FATURAR SERÁ INFORMADO À CONTRATADA PARA A EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE FATURAMENTO, conforme itens 14 e 15 a seguir.

#### 14. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

##### 14.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

No prazo de 15 dias, a partir da solicitação por escrito da Contratada, lavrar-se-á Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo representante legal da Contratada, pela Fiscalização da Contratante, que fará as vistorias, observações e conferências necessárias à concessão do recebimento e pelos Supervisores das Seções responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços.

Os serviços serão recebidos após a sua conclusão integral e entrega e aprovação dos Projetos "AS BUILT", bem como apresentação da nota fiscal, devendo o local dos serviços estar livre de entulhos, materiais ou equipamentos de construção e com todas as áreas limpas.

O Recebimento Provisório ocorrerá somente quando:

- 14.1.1. Tiver sido feita a entrega do último componente totalmente instalado, todos os elevadores operando em perfeito funcionamento e a apresentação do Certificado de Funcionamento atualizado emitido pela GEM-RioLuz, se aplicável;
- 14.1.2. Tiverem sido entregues os manuais de operação e manutenção;
- 14.1.3. Tiver sido realizado o treinamento operacional referente aos componentes substituídos e sistema de gerenciamento de tráfego atualizado.

Na hipótese de, até o momento da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, não terem sido integralmente cumpridas as exigências dos subitens 14.1.1 a 14.1.3, será elaborada lista de pendências, que a Contratada deverá sanar em prazo determinado pela Fiscalização, de modo a permitir o recebimento provisório dos serviços e lavratura do Termo de Recebimento Provisório em nova data, após terem sido sanadas todas as pendências.

##### 14.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO

Executado o contrato, o seu objeto será recebido definitivamente, mediante termo circunstanciado, lavrado pela Comissão de Recebimento designada pela Contratante, **em até 30 dias** a contar da emissão do recebimento provisório, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observadas as condições em que a Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados nos serviços.

Para tanto, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, desde que tenham sido satisfeitas as duas condições abaixo:





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 1) Atendimento a todas as reclamações da fiscalização da Contratante, referentes a defeitos ou imperfeições registrados no Termo de Recebimento Provisório ou que venham a ser verificados após a lavratura desse termo, em qualquer elemento constante dos serviços executados;
- 2) O cumprimento, pela Contratada, da comprovação de todas as exigências legais aplicáveis, em especial as de caráter trabalhista, fiscal e previdenciário;
- 3) Entrega dos certificados de garantia dos serviços, materiais e componentes;
- 4) Vistoria realizada pela Contratante que comprove a adequação dos serviços aos termos do Contrato.
- 5) Tiverem sido entregues todos os Certificados de Funcionamento por parte da GEM-RioLuz, quando aplicável;
- 6) Tiver sido entregue o "As Built", inclusive CD-ROM ou Pen-Drive;
- 7) Tiver sido feita a entrega de documentos de inexistência de débito, fornecidos pelo INSS e pelo FGTS, além da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Na hipótese de existência de pendências ou de rejeição dos serviços, por parte da Comissão de Recebimento, por estarem em desacordo com as especificações e condições em que foram licitadas, a Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro estipulará prazo para a Contratada repará-los, ficando suspensa a concessão do Recebimento Definitivo, até que todas as pendências apontadas tenham sido eliminadas.

#### 15. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

O IMR é, conforme Instrução Normativa nº 05 de 2017, o "mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento" para os serviços prestados.

A Fiscalização Técnica medirá a eficiência da execução contratual em função de indicadores referenciais descritos a seguir como atividades críticas do contrato, que são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho e disponibilidade de uso.

Para mensurar esses fatores será utilizado indicador relacionado com a natureza e características dos itens contratados, para os quais foi estabelecida meta quantificável a ser cumprida pela CONTRATADA. Esse indicador é expresso em unidade de medida exata e claramente mensurável visando o **Cumprimento dos prazos contidos no cronograma físico-financeiro**.

**A frequência de aferição e avaliação do indicador será mensal**, devendo a Contratada apresentá-lo dentro do Relatório Mensal. Devem constar dentro deste relatório o indicador e meta de níveis de serviço alcançado. O conteúdo detalhado e a forma da apresentação serão definidos pelas partes.

Os primeiros 30 (trinta) dias, após o início da execução dos serviços serão considerados como período de estabilização, durante o qual a Contratada deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários, bem como nos procedimentos adotados e demais aspectos da prestação dos serviços, de modo a assegurar o alcance dos níveis das metas estabelecidas. Caso haja prorrogação da vigência contratual, não haverá novo período de estabilização.

Em função do dito acima, **não será cobrada meta nos primeiros 30 (trinta) dias do contrato**.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**15.1 – INDICADOR E PARÂMETROS DE CÁLCULO DO IMR**

O indicador, meta, faixas de adequação e percentuais de glosa aplicáveis são estabelecidos na Tabela de Cálculo do IMR a seguir, que define os percentuais esperados, em função de meta pré-estabelecida, e os percentuais de desconto no valor mensal do contrato a ser pago a CONTRATADA, no caso destes índices não serem alcançados.

Foi considerado crítico e alinhado diretamente com o objetivo do contrato o cumprimento dos prazos de realização e entrega, após a devida aprovação técnica da Fiscalização, dos itens considerados no cronograma físico-financeiro.

**15.2 - METODOLOGIA DE CÁLCULO DO VALOR A DESCONTAR**

O IMR – Instrumento de Medição de Resultados será calculado a partir da tabela a seguir: É desejado que a Contratada atinja a faixa de adequação "A" para todas as medições mensais consideradas, caracterizando o atingimento da meta preestabelecida e, conseqüentemente, não ensejando qualquer desconto.

**O IMR será calculado** em função do percentual de atendimento ao prazo contratual definido no cronograma físico-financeiro, ou seja, **em função da relação entre o valor mensal efetivamente medido (VM) no mês em questão e o respectivo valor mensal previsto (VP) no ato da contratação**, conforme o cronograma citado e a tabela do item a seguir.

Caso não seja atingido o nível de execução esperado para o escopo de fornecimento, a empresa CONTRATADA terá desconto no valor a ser pago mensalmente pela CONTRATANTE.

**Tabela de Cálculo do IMR – Instrumento de Medição de Resultados**

Item	Indicador (I)	Unidade de Medida	Meta para cada medição Mensal	Faixas de Adequação do Indicador (I)		Valor do IMR	Itens de referência neste documento
1	Relação entre o Valor Medido (VM) e o Valor Previsto (VP) $I = VM / VP$	Percentual (%)	100%	A	Acima de 90%	100 %	Item 12 do Capítulo II Cronograma Anexo 2
				B	Acima de 70% até 90%	98 %	
				C	Acima de 40% até 70%	95 %	
				D	Até 40%	90 %	

**NOTAS:**

- 1) O desconto realizado em função do IMR não impede outras penalidades por descumprimentos contratuais de aspectos não relacionados ao mesmo.
- 2) Deverão ser descontadas do cálculo IMR os itens previstos não executados por falta da Contratante e/ou de ações alheias à capacidade de atuação da Contratada, conforme julgamento da Fiscalização do Contrato.







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 -O não cumprimento pela contratada de qualquer uma das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos por este Termo de Referência, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

16.2 - A contratada estará sujeita às penalidades estipuladas conforme tabelas abaixo, em face das ocorrências ali descritas:

Penalidade em função de ATRASO(s) no Cronograma Físico-Financeiro					
Sanção	Relação entre os valores medido e previsto $I = VM / VP$	Valor do IMR	Penalidade		
			1 (um) mês	2 (dois) meses	3 (três) meses
1	Acima de 40% até 70%	95 %	Não aplicável	Advertência	Multa de 10% sobre o valor da medição
2	Até 40%	90 %	Advertência	Multa de 10% sobre o valor da medição	Multa de 15% sobre o valor da medição

Penalidade em função de INEXECUÇÃO Contratual		
Sanção	Tipo de Inexecução	Penalidade
3	Inexecução contratual de item contratado	Multa de 20% sobre o valor de cada item não executado
4	Abandono da obra sem a colocação em marcha de todos os elevadores	Multa de 10% sobre o valor total do contrato

**NOTAS:**

- 1) As penalidades descritas não impedem que outras penalidades por descumprimentos contratuais de aspectos não relacionados ao mesmo sejam aplicadas.
- 2) O IMR não poderá ser utilizado quando o motivo do não atingimento da meta de faturamento decorre da Contratante e/ou de ações alheias à capacidade de atuação da Contratada, conforme julgamento da Fiscalização do Contrato.
- 3) As sanções administrativas, quando aplicadas, não desobrigam a aplicação do IMR.
- 4) A sanção nº 4, quando aplicada, não desobriga a aplicação das demais sanções.
- 5) Fique consignado que as sanções de número 2, 3 e 4 das tabelas não impedem que as sanções previstas nos arts. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002 sejam também aplicadas.







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020.

**Delson dos Santos**

Analista Judiciário – Engenharia Mecânica

**Liana Bezerra Fernandes**

Seção de Projetos e Planejamento - SEPRO  
Supervisora

**Flavio Roitman**

Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Coordenador

**Claudia Mesquita Rezende Rangel**

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Diretora





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 1 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E SERVIÇOS

RECUPERAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO **DOS ELEVADORES DO BLOCO B**  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
**AV. VENEZUELA**, 134, SAÚDE  
RIO DE JANEIRO - RJ

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 26 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 1 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E SERVIÇOS

### 1. ESPECIFICAÇÕES DOS ELEVADORES A RECUPERAR

Caberá, à Contratada, RECUPERAÇÃO de até 05 (cinco) elevadores existentes no prédio localizado no Bloco B da Justiça Federal de 1º Grau, localizado na Av. Venezuela, 134, Saúde, Rio de Janeiro-RJ.

**Estes elevadores são dotados de máquinas de tração sobre o poço, com engrenagem e motor elétrico assíncrono acionado por inversor de frequência, conforme características abaixo.**

Dos 05 (cinco) elevadores, 03 (três) são instalados no hall lateral e dois no hall principal, sendo todos com 10 paradas, atendendo do térreo ao 10º pavimento, conforme abaixo:

Elevador Nº	Código Atual	Uso	Acesso Térreo	Velocidade Atual	Capacidade Atual	Motor de Tração
01	30405	SERVIÇO	HALL LATERAL	1,75 m/s	980 kg	26 kW 1185 rpm
02	30406	VISITANTES				
03	30407	VISITANTES				
04	30408	PRIVATIVO	HALL PRINCIPAL	1,25 m/s	980 kg	15 kW 1180 rpm
05	30409	FUNCIONARIOS				

### 2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DOS COMPONENTES A INSTALAR E SERVIÇOS

As características a seguir **são requisitos mínimos a serem observados somente na seleção dos novos componentes**, mas, não isentam a Contratada de outras adequações necessárias à instalação dos mesmos e/ou à qualidade e à segurança exigidas por este Termo de Referência ou pelas normas vigentes.

Todas as disposições deste item deverão ser interpretadas no sentido daquilo que for compatível com a NBR NM 207 e NBR 13994. Em caso de conflito entre tais normas e este Termo de Referência, as normas prevalecerão. Em caso de conflito entre as normas, prevalecerá a NBR NM 207.

#### 2.1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS A CONSIDERAR

**2.1.1. Velocidade mínima:** 1,25 m/s para o Hall Principal e 1,75 m/s para o Hall Lateral

**2.1.2. Capacidade mínima:** 14 (quatorze) passageiros ou 980 kg

**2.1.3. Destinação / Tipo (uso):** Comercial

**2.1.4. Número de paradas / andares:** 10 / 10

**2.1. 5. Cabine:** Executada(s) em painéis de chapa de aço inoxidável escovado, dotada de rodapé e guarda-corpo (no painel de fundo) metálicos, e espelho na metade superior do painel posterior da cabine

**2.1.4.1. Porta da Cabine:** De correr com abertura lateral no Hall Principal e central no Hall Lateral;

**2.1.4.2. Teto/Subteto:** Em aço inoxidável escovado, com iluminação fluorescente embutida;





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**2.1.4.3. Piso:** Rebaixado(s) em 30 mm com acabamento em granito conforme desenho anexo;

**2.1.4.4. Ventilação:** Dotada de sistema de ventilação forçada com nível de ruído de até 55 dB;

**2.1.4.5. Proteção:** Dispositivo para colocação de **forros de lonas protetoras** para eventual transporte de materiais, incluindo o fornecimento, no mínimo, de 01 (uma) lona protetora para cada cabine considerada;

**2.1.5. Acionamento:** Automático;

**2.1.6. Portas nos pavimentos:** Em aço inox escovado;

**2.1.7. Casas de máquinas:** Localizadas na parte superior das caixas de corrida;

**2.1.8. As máquinas de tração:** As máquinas deverão ser mantidas, mas, os motores elétricos deverão ser **totalmente REJUVENECIDOS e ter sua TENSÃO de operação MANTIDA para 380V-3Ø-60Hz.**

**2.1.9.** As aberturas de portas deverão ocorrer após o nivelamento, observando-se as condições previstas na NBR NM 207;

## 2.2. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS

### 2.2.1. NORMA

A execução dos serviços de instalações elétricas, **relativos ao escopo aqui pretendido e ao(s) item(ns) a empenhar**, deverá obedecer às normas técnicas, exemplo a NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão e NBR NM 207, bem como suas posteriores alterações, que se fizerem durante a execução da obra, e seus respectivos documentos complementares. Também devem ser obedecidas as exigências dos Órgãos responsáveis pelo setor.

### 2.2.2. EXECUÇÃO

A Contratada deverá, durante a execução dos serviços, compatibilizar as novas instalações com todas as instalações físicas existentes (estrutura, etc.) e as demais instalações a serem executadas e existentes (Sistema de proteção contra incêndio, CFTV – circuito interno de TV, Arquitetura, etc.), formando-se, assim, um conjunto harmônico e funcional.

Caberá, à Contratada fornecer e instalar todos os materiais elétricos e executar todos os serviços de infraestrutura para a instalação e funcionamento dos elevadores **relativos aos itens objeto do escopo de fornecimento**, devendo ser incluídos cabos de força, cabos de comando, contadoras, reles, disjuntores, quadros elétricos, eletrodutos, adaptações no quadro geral de baixa, recomposições etc. Também caberá, à Contratada, fornecer e instalar todos os painéis de potência, os painéis de controle e comando, os quadros de distribuição e os demais equipamentos e dispositivos inerentes e **necessários ao(s) item(s) a instalar**. Ressalta-se que os custos desses equipamentos e dispositivos, bem como a instalação e a infraestrutura completa, devem se encontrar inclusos no valor dos serviços.





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

Durante a execução da infraestrutura (instalações de bandejas, eletrocalhas, eletrodutos etc.), a Contratada deverá levantar e definir os trajetos de tal forma que não prejudique as instalações existentes, a estética da edificação e o funcionamento da mesma.

As instalações elétricas deverão ser executadas com materiais novos devendo as características dos mesmos ser comprovados através de catálogo ou de outros meios (inclusive ensaios), a critério da Contratante. Todos os equipamentos antes de serem utilizados devem ser submetidos à aprovação da Contratante. Não serão aceitos materiais e equipamentos que não atendam às normas técnicas.

A Contratada fornecerá e instalará, para cada elevador, quadros, denominados Q-ELE, com uma chave fusível tripolar para fusíveis tipo NH, devidamente energizada com barras de terra (proteção) e de neutro, caso o equipamento fornecido necessite do condutor neutro. Tal quadro deverá ser compatível com as normas atuais para as casas de máquina de elevadores.

Caberá, à Contratada, fornecer, para cada elevador, todos os dispositivos de comando e controle necessários ao perfeito de funcionamento dos elevadores.

Explica-se que a Contratada deverá aproveitar os alimentadores elétricos que hoje atendem os elevadores existentes, esses condutores se constituem em condutores fases e o condutor terra, não existindo hoje instalado condutor neutro. Tal aproveitamento se dará até as chaves seccionadoras ou disjuntores instalados nas casas de máquinas, antes dos transformadores de cada elevador. **Ressalta-se que tais chaves, disjuntores e instalações elétricas instalados nas casas de máquinas para alimentação dos quadros de comando devem ser obrigatoriamente substituídos e os transformadores deverão ser mantidos.**

Caberá à Contratada, verificar se os condutores hoje existentes atendem as necessidades do equipamento a ser fornecido por essa, inclusive quanto a necessidade do condutor neutro, caso os alimentadores existentes não atendam às necessidades do equipamento a ser fornecido caberá a Contratada instalar novos alimentadores gerais da subestação aos quadros elétricos dos elevadores, inclusive no que tange a instalação do condutor neutro.

**Caberá à Contratada o fornecimento e instalação de dispositivos elétricos de proteção diferencial (tipo DR) para atendimento às normas vigentes e conforme projeto aplicável.**

Caberá, à Contratada, fornecer e instalar cabo de comando, inclusive com a infraestrutura, ligando a casa de máquinas dos elevadores ao computador instalado na sala de segurança e CFTV situada no térreo.

Cabe, à Contratada, fornecer e instalar toda infraestrutura completa, e materiais para interligar:

- Os Q-ELEs aos painéis de potência e/ou aos painéis de comando;
- Entre os painéis de comando (localizado na casa de máquinas);
- Todos os dispositivos de comando (\*1) ao(s) painel(is) de comando;
- Todos os dispositivos de sinalização (\*1) ao(s) painel(is) de comando;
- Todos os dispositivos de chaves (\*1) ao(s) painel(is) de comando;
- Todos os dispositivos de sensores (\*1) ao(s) painel(is) de comando e controle do elevadores,
- O painel aos circuitos de iluminação/tomadas da torre e casa de máquinas, inclusive luminárias, interruptores e tomadas.
- Os comunicadores da cabine e da sala de segurança (térreo) ao(s) painel(is) de comando;
- O computador de processo, à ser fornecido pela Contratada (sala de segurança térreo) ao(s) painel(is) de comando – incluindo aqui cabo de interligação e sua infraestrutura;





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

(\*1) – previsto neste Termo de Referência, seja necessário ao funcionamento dos elevadores ou que seja obrigatório em norma.

### 2.2.3. ALIMENTAÇÃO E CARGA

**Trifásica / Tensão de Linha (380 VAC) / Frequência 60 hertz.**

Ressalta-se que deverão ser reaproveitados os transformadores que hoje atendem aos elevadores.

Os componentes a serem instalados deverão se adequar à capacidade de carga instalada.

### 2.2.4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DE INFRAESTRUTURA

A infraestrutura será aparente ou embutida conforme o local, demanda e item a ser instalado.

#### 2.2.4.1. INSTALAÇÕES DE ELETRODUTOS, ELETROCALHAS (BANDEJAS / LEITOS) E PERFILADOS, quando aplicáveis

A bitola mínima dos eletrodutos será de  $\varnothing \frac{3}{4}$ ",

Os eletrodutos deverão ser fixados à laje ou parede, através de chumbadores, tirantes rosqueados, grampo U, mão francesa e/ou fitas perfuradas de aço galvanizado, conforme as recomendações do fabricante; não serão aceitas fixações com buchas de nylon e arame.

As emendas dos eletrodutos só serão permitidas com o emprego de conexões apropriadas, tais como luvas ou outras peças que assegurem a regularidade da superfície interna.

A fixação dos eletrodutos aos quadros e caixas de passagem será feita por buchas e arruelas roscadas.

Não será aceita a instalação de eletrodutos flexíveis de PVC aparentes ou embutidos em paredes, tetos ou pisos dos pavimentos.

Deverão ser instalados condutores nos pontos de instalação de aparelhos, luminárias ou dispositivos, nas divisões dos eletrodutos e em cada trecho contínuo de 15 (quinze) metros de eletroduto.

As derivações de eletrocalha para eletroduto deverão ser realizadas com os acessórios e peças fabricadas exclusivamente para este fim.

As emendas e curvas das eletrocalhas só serão permitidas com o emprego de conexões apropriadas.

As eletrocalhas deverão ser ligadas à malha de aterramento através de um condutor terra de 6 mm<sup>2</sup>.

Os eletrodutos, eletrocalhas, caixas de passagem e perfilados deverão ser pintados na cor cinza claro, podendo, como opção, serem instalados eletrodutos fabricados na cor cinza.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

#### 2.2.4.2. INSTALAÇÕES DE FIOS / CABOS ELÉTRICOS

Não serão aceitas instalações de cabos elétricos que não estiverem devidamente acomodados em um desses dutos: eletrodutos, eletrocalhas, perfilados, bandejas ou canaletas.

Os circuitos de iluminação e de tomadas deverão utilizar fios e/ou cabos com classe de isolamento mínima de 450/750V, encordoamento classe 5, não halogenados e baixa emissão de fumaça e gases tóxicos.

Os alimentadores dos quadros elétricos (potência e de controle) deverão utilizar fios e/ou cabos com classe de isolamento mínima de 0,6/1,0 kV, encordoamento classe 5, se não for exigido por norma outro tipo, não halogenados e baixa emissão de fumaça e gases tóxicos.

Os condutores das diferentes fases de um mesmo circuito, inclusive o neutro e terra deverão ser agrupados, sempre, em um mesmo eletroduto.

Não serão aceitos cabos com pontas e/ou emendas estanhadas.

Os cabos alimentadores não poderão ter emendas. Para os demais cabos as mesmas somente podem ser feitas em caixas de passagem.

A seção nominal mínima de fio ou cabo para circuitos de iluminação deverá ser de 2,5 mm<sup>2</sup>.

A seção nominal de fio ou cabo para circuitos de tomadas deverá ser de 4,0 mm<sup>2</sup>.

Para lançamento de cabos em eletrocalhas e eletrodutos, os mesmos deverão ser agrupados e arrumados de tal forma que as fases RST de um mesmo circuito fiquem o mais próximo possível. No caso, onde existam mais de um cabo por fase, de um mesmo circuito, estes deverão obedecer ao mesmo procedimento de instalação.

As características dos condutores instalados no interior de cada painel e na cabine, bem como os que interligam a cabine aos painéis de controle, deverão possuir, no mínimo, as características:

- suportar as correntes e tensões nominais
- ser anti-chama
- ser resistente à umidade
- atender à NBR 5410.

Os demais cabos e fios deverão atender a NBR NW 247-3 para 750 V e a NBR 7286 ou NBR 7288 para 0,6/1KV.

#### 2.2.5. CARACTERÍSTICAS DOS QUADROS DE COMANDO/CONTROLE E DE POTÊNCIA

Todos os quadros de comando/controle deverão possuir relés para detecção de sequência de fase e de falta de fase e relé para monitoramento de sobretensão e subtensão, com limites ajustáveis.

Todos os quadros de comando/controle deverão possuir chave contatora principal para interrupção de toda alimentação do quadro, mediante chave no painel de operação do elevador, evitando consumo elétrico no modo stand-by.

Todos os quadros de comando/controle deverão ter a capacidade de automaticamente desligar o respectivo elevador ao receber sinais do sensor térmico do motor.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Todos os relés e chaves contadoras deverão ser selecionados para operação em regime AC3 (intermitente e para contadoras de motores de corrente alternada).

Todos os relés e chaves contadoras deverão ser fechados, de uso industrial geral, não sendo permitido o uso de contatos de carvão. Não se admitirá o uso de relés ou chaves sem o devido confinamento em invólucro plástico ou termofixo.

Todos os equipamentos elétricos e eletrônicos, dentro e fora dos quadros de comando, deverão servir para uso contínuo sob temperatura ambiente de 50°C ou a que estiver estabelecida na legislação vigente, se esta for maior.

Os equipamentos listados acima são exigências mínimas, e caberá, à Contratada, fornecer e instalar todos os dispositivos de comando e controle necessários ao funcionamento dos elevadores de acordo com as exigências dos seus equipamentos, as normas técnicas e dos Órgãos técnicos.

Os **quadros de força das casas de máquinas deverão ser trocados** para adequação às normas aplicáveis e atendendo às características abaixo:

1. PROTEÇÕES CONTRA DANOS ELÉTRICOS de modo a EVITAR QUEIMA DO QUADRO DE COMANDO E DO MOTOR DE TRAÇÃO;
2. ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ANTIGOS AS NORMAS ATUAIS conforme normas ABNT NBR NM 207 , NBR 15597 , NBR 5410 , NR 10, etc.
3. QUADRO DE FORÇA COM PINTURA ELETROSTÁTICA para que SUPOREM ALTAS TEMPERATURAS EM CASO DE INCÊNDIO E SEUS COMPONENTES NÃO GEREM RISCO DE IGNIÇÃO E PROPAGAÇÃO DE INCÊNDIO (NBR 5410 – ITEM 4.1.13);
4. CHAVE DE FORÇA TRIFÁSICA BLINDADA COM TRAVAMENTO COM FUSÍVEIS NH DE ALTA CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO, ELIMINANDO CONTATO COM AS PARTES ENERGIZADAS, DESLIGANDO-SE AUTOMATICAMENTE EM CASO DE SOBRE-CARGA OU CURTO-CIRCUITO. A CHAVE TAMBÉM DEVE SER DO TIPO SECCIONADORA E POSSUIR BLOQUEIO ELÉTRICO NA POSIÇÃO DESLIGADA;
5. IDR (INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL) + DISJUNTOR conforme norma “ABNT NBR NM 207:99 ITENS 13.4.2” - PARA CADA ELEVADOR DEVE SER INSTALADO UM INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL COM PROTEÇÃO MÁXIMA DE 30 mA, QUE PROTEJA TECNICOS QUE PRECISEM UTILIZAR QUADRO DE FORÇA.
6. BARRAMENTOS PARA NEUTRO E ATERRAMENTO conforme norma “ABNT NBR NM 207:99 ITEM 13.5.5 ATERRAMENTO: TODAS AS PARTES METÁLICAS DO ELEVADOR NÃO SUBMETIDAS A TENSÃO, TANTO COLOCADAS NA CASA DE MÁQUINAS COMO NO PASSADIÇO, DEVEM ESTAR ATERRADAS”
7. TOMADAS DE SERVIÇO 110 E 220V conforme norma NM 207:99 (ITEM 13.6.2), A CASA DE MÁQUINAS DEVE POSSUIR NO MÍNIMO UMA TOMADA DE DOIS POLOS MAIS TERRA, COM TENSÃO DE ATÉ 250V;
8. CONECTORES E PASSA-FIO para FACILIDADE DE INSTALAÇÃO, MANUSEIO, E PROTEÇÃO ADICIONAL A FIM DE EVITAR CURTO CIRCUITO EM UM EVENTUAL RESSECAMENTO DO ISOLAMENTO DOS CONDUTORES DE ELETRICIDADE;
9. IDENTIFICAÇÃO, SINALIZAÇÃO E AVISOS DE PERIGOS para garantir a SEGURANÇA DOS TECNICOS;







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

FOTO DE EXEMPLO DO QUADRO DE FORÇA:



#### 2.2.6. SISTEMA DE RESGATE AUTOMÁTICO

Deverá ser instalado dispositivo que evita que os passageiros fiquem presos na cabina do elevador quando houver falta de energia elétrica. Neste caso, o quadro de comando será energizado por um sistema de baterias capaz de movimentar a cabina até o pavimento inferior mais próximo, nivelá-la, abrir a porta e liberar os passageiros da cabina do elevador sem que haja necessidade de intervenção do técnico especializado.

O sistema deverá:

- Avisar o usuário preso no interior da cabina as condições da operação de resgate por meio código no indicador de posição e mensagens de voz indicando: início do resgate, resgate em andamento e resgate finalizado.
- Ser provido de baterias próprias, sem que haja necessidade de nobreak adicional.
- Ter fácil acesso às baterias de forma a facilitar manutenção e troca das mesmas.
- Ser plenamente compatível com o quadro de comando a ser instalado.
- Ter capacidade de filtro e estabilização da linha de alimentação elétrica.
- Ter indicação de nível de bateria.

#### 2.3. CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

Os componentes novos a serem instalados pela Contratada no serviço de reforma dos elevadores deverão atender às características a seguir, bem como, garantir a disponibilização das infraestruturas completas para atender às especificações técnicas a seguir.

##### 2.3.1. CABINE

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 33 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- **Comunicação / intercomunicador:** integrado à coluna de comando da cabine, proporcionando conexão com a portaria e com o painel de controle do sistema na casa de máquinas, através de sistema viva voz.
- **Renivelamento Automático:** Dotados de sistema de renivelamento automático, evitando, por exemplo, degraus junto às portas no caso de carga excessiva.
- **Monitoramento:** Dotados de espaço para cabeamento que permita a instalação futura de câmeras de CFTV (Circuito Interno de TV) entre as cabines e a sala de segurança.
- **Botoeiras:**
  - Do tipo micro-curso, dotada(s) de luminosidade e sistema de identificação para portadores de pessoas com necessidades especiais.
  - Os botões deverão ser blindados, resistentes a impacto direto, admitindo-se pequena estrutura de material não metálico transparente como proteção para a iluminação.
  - Além dos botões de chamada, deverá haver, também, botões de pressão de “abre porta” e “fecha porta” e todos os botões deverão ter marcação em Braille, tudo de conformidade com o que está estabelecido na lei municipal do Rio de Janeiro 2.533, de 13/01/2000.
- **Indicador de Posição:** Dotados de indicadores digitais eletrônicos de números e letras com setas de direção instaladas na cabine. Associado à indicação haverá ainda a emissão de voz que anuncia o pavimento antecipadamente a chegada do elevador.
- **Operação de cabineiro:**
  - Deverão ser comandadas por chave mestra única, sendo dotadas com as seguintes funções básicas:
    - Seleção entre operação automática e cabineiro
    - Cancelamento de chamadas de pavimento
    - Desligamento do elevador
    - Comutação da operação em grupo ou isoladamente
  - O desligamento do elevador pela chave deverá incluir as lâmpadas e o ventilador da cabine.
- **Despacho para carro lotado:** O sistema deverá usar dados do sensor de carga existente, e/ou outro a ser instalado, quanto à condição de lotação da cabine, de forma a evitar paradas desnecessárias, decorrentes de chamadas de pavimento. Todavia, estas chamadas ficam registradas para atendimento por outros carros, no caso de grupo de elevadores.
- **Excesso de carga:** No caso de excesso de carga no interior da cabine, o elevador deverá permanecer parado, nivelado, com a porta aberta, informando o excesso aos passageiros através de indicador luminoso e por gravação de voz. As portas não fecharão e o carro não partirá antes que alguns passageiros tenham saído da cabine para restaurar a carga normal.
- **Deteção de falhas:** Os elevadores deverão possuir sistema de detecção de falhas e prevenir a retenção acidental de pessoas.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- **Time Display:** Integrado ao painel de sinalização, ou em tela a parte, conforme disponibilidade e padrão do fabricante, haverá um display digital com as seguintes características:
  - Indicação permanente de data e hora na cabine;
- **Sistema de Cancelamento de Chamadas Falsas:** Elimina chamadas indevidamente registradas na cabine após o atendimento a dois pavimentos consecutivos sem que passageiros tenham entrado ou saído nos pavimentos atendidos.
- **Luz de Emergência:** Mantém a cabine parcialmente iluminada, conforme normas aplicáveis, assegurando o funcionamento do **botão de alarme**, nos momentos de falta de energia, enquanto houver carga em sua bateria.
- **Cortina Luminosa Eletrônica:** para controle do movimento de fechamento da porta de cabine, proporcionando maior conforto e segurança aos passageiros. Ao serem interrompidos, os feixes de luz infravermelha impedem continuidade do fechamento, reabrindo as portas de cabine e pavimento.
- **Ventilador:**
  - Embutido no teto com acionamento comandado através de chave na coluna de comando da cabine.
  - Deverá assegurar a boa renovação do ar.
- **Forçador:**
  - Quando qualquer obstáculo impede o fechamento da porta mantendo-a, assim, aberta por um tempo predeterminado além do tempo normal, o sistema anulará os dispositivos de proteção e forçará o fechamento com velocidade reduzida.
  - Durante esta operação os passageiros serão alertados por um sinal sonoro.
- **Serviço independente**
  - Esta operação especial é geralmente iniciada por 01 (um) interruptor acionado à chave, localizado no painel de operação do carro.
  - Quando o serviço independente é acionado, o carro não atenderá às chamadas de andar, mas somente às chamadas da cabine.
  - O fechamento da porta é conseguido por pressão constante no botão do carro, correspondente ao andar que se deseja atingir, localizado no painel de operação do carro, até que as portas estejam completamente fechadas e o carro parta. Se o botão for liberado antes da porta estar completamente fechada, a operação será interrompida e a porta reabrir-se-á.
  - O carro responderá a primeira chamada que for registrada e todas as outras serão canceladas assim que ocorrer a parada.
  - Em caso de grupo de elevadores, o elevador em serviço independente é isolado da operação de grupo.
- **Iluminação:** Lâmpada tipo LED, no teto da cabine.
- **Falta de energia:** Os ventiladores, interfonos, iluminação e alarme de emergência deverão funcionar durante faltas de energia elétrica.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- **Dispositivo de Alarme:** Dotados de sistema sinalizador de alarme de elevadores, localizado na portaria e sala da segurança.

### 2.3.2. CAIXA

- **Sensores de posição:**
  - Sensores ópticos ou magnéticos (tipo industrial) instalados no carro. Deverão enviar informações precisas ao sistema operacional sobre a posição relativa do carro, na caixa, para que o sistema realize todas as operações relacionadas com parada, abertura e fechamento de portas, nivelamento, indicação de posição, etc.
  - Não se admitirão sistemas que utilizem fitas ou cabos sujeitos a movimento nem seletores eletromecânicos.
- **Limitadores:** O sistema deverá impedir que os elevadores atinjam os limitadores no alto da caixa de corrida ou os para-choques no fundo do poço com velocidade nominal.

### 2.3.3. PAVIMENTO TÉRREO

- **Serviço de Bombeiro:**

O sistema de comando/acionamento deverá ser compatibilizado com os pontos de acionamento do serviço de bombeiro existente e, após serviço e recuperação dos elevadores, atender aos requisitos a seguir:

  - 01 (Um) dispositivo no térreo em local a ser definido pela Contratante, protegido com porta de vidro e fechadura, e tal que, em uma emergência, o acionamento da chave instalada imediatamente cancele todas as chamadas e traga os elevadores para o térreo, onde deverão abrir as portas e permanecer assim até que seja desativada essa chave. O dispositivo existente poderá ser aproveitado, desde que, compatível com o novo sistema de comando.
  - Caso esteja subindo, o equipamento deverá parar no próximo andar, reverter sem abrir as portas e iniciar viagem direta ao andar principal.
  - O comando cancela todas as chamadas de cabine e torna inoperantes as chamadas de andar, não permitindo nenhuma nova chamada até que o carro tenha chegado ao andar principal. Após a chegada, o carro abre as portas e permanece à disposição dos bombeiros que, para utilizá-los, deverão acionar uma chave "Serviço de Bombeiro", que fará com que o carro só atenda as chamadas registradas na cabine.
  - O fechamento da porta é obtido pela pressão constante, no carro, do botão correspondente ao pavimento, até as portas estarem completamente fechadas e o elevador partir (caso contrário, as portas reabrem imediatamente).
  - Deverá trazer a inscrição "ELEVADORES-EMERGÊNCIA" em letras fosforescentes e suas chaves e botões deverão trazer inscrições de suas finalidades.

### 2.3.4. PAVIMENTOS

- **Botoeiras:**

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 36 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- Do tipo micro-curso dotadas de luminosidade e sistema de identificação, com gravação em braille, estampada nos mesmos ou imediatamente ao lado, para portadores de pessoas com necessidades especiais.
- Os botões deverão ser blindados, resistentes a impacto direto, admitindo-se pequena estrutura de material não metálico transparente como proteção para a iluminação.
- Os acionamentos da chamada de pavimento deverão conter botões de “sobe” e “desce”, exceto nos pavimentos extremos.
- **Indicador de Posição nos andares:** Dotados de indicadores digitais eletrônicos de números e letras com setas de direção instaladas em todos os pavimentos. Associado à indicação haverá ainda a emissão de sinais acústicos eletrônicos (gongo) que anunciam antecipadamente a chegada do elevador.

### 2.3.5. CASAS DE MÁQUINAS

Visto que o escopo de fornecimento aqui descrito não considera troca e/ou retrofit dos elevadores, mas sim, reforma do mesmos; não estamos considerando a reforma da casa de máquinas dentro dos itens a reformar.

Porém, como haverá a necessidade de troca de vários componentes de comando e acionamento, assim como o próprio sistema de gerenciamento de tráfego, serão necessárias várias adequações técnicas aos novos componentes e mudança de encaminhamento elétrico de potência e comando, visando a garantia de que os novos componentes atendam às normas vigentes e/ou, quando não possível tecnicamente, atendam minimamente às condições de instalação conforme normas vigentes à época da instalação original.

Sendo assim, os componentes novos a serem instalados pela Contratada no serviço de reforma dos elevadores deverão atender às seguintes características, bem como, garantir disponibilização das infraestruturas completas:

- **Limitador de velocidade:**
  - É impulsionado por 01 (um) cabo independente dos cabos de tração, amarrado ao sistema de transmissão do aparelho de segurança.
  - Caso o carro atinja na descida um predeterminado excesso de velocidade, o limitador freará seu cabo, impedindo-o de acompanhar livremente o movimento do carro e resultando num esforço sobre o sistema de transmissão e consequente acionamento do aparelho de segurança.
  - O limitador de velocidade deverá ser regulado para as velocidades de operação dos elevadores (1,25 m/s e 1,75 m/s).
- **Máquina de Tração e Acionamento:**
  - As máquinas de tração atuais deverão ser mantidas.
  - O acionamento por motor de corrente alternada, com variações de tensão e de frequência para controle da velocidade deverão ser objeto de recuperação mecânica e troca dos componentes não passíveis de reforma, caso aplicável.
  - Após reforma, deverá operar proporcionando acelerações e frenagens suaves e alta precisão de nivelamento em cada pavimento, independentemente da carga e do percurso realizado.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- Os motores elétricos também deverão ser objeto de recuperação total na parte elétrica (rejuvenescimento) e mecânica e/ou troca, caso aplicável. Tais componentes deverão ser mantidos com a tensão de operação de 380V-3Ø-60Hz.

- **Iluminação de emergência:**

Visto que o escopo de fornecimento aqui descrito não considera troca e/ou retrofit dos elevadores, mas sim, reforma do mesmos; não estamos considerando a reforma da iluminação da casa de máquinas e caixa de corrida dentro dos itens a reformar.

Nos itens a instalar, deverá ser tomado o cuidado para não prejudicar a iluminação de emergência e/ou normal. Caso haja alguma interferência nos circuitos de iluminação e/ou alteração da iluminação, deverá tomar os seguintes cuidados:

- Deverá fornecer e instalar a iluminação, interruptores, disjuntor e infraestrutura completa, conforme orientações da NBR-NM-207.
- Manter iluminação mínima de 10 lux sobre cada máquina com autonomia de 1 hora.

- **Tomadas:** A Contratada deverá fornecer e instalar tomadas, disjuntores e infraestrutura completa, conforme orientações da NBR-NM-207, quando necessário para a correta instalação dos novos componentes.

### 2.3.6. SALA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO

- A Sala de Segurança e Monitoramento dos elevadores dos cinco elevadores será mantida na sala da segurança no Térreo do Bloco B.
- Serão instalados nesta sala o novo computador do Sistema de Gestão Informatizado da Operação do Grupo de Elevadores (Sistema de Gerenciamento de Tráfego), **ver item 2.3.7 e 2.3.8**, a ser instalado pela Contratada, e o intercomunicador que interligará as casas de máquinas e as cabines.
- O computador será instalado em substituição ao computador hoje existente, cujos itens não patrimoniados serão descartados pela Contratada a suas expensas.

**NOTA:** Caso os sistemas a serem instalados não sejam compatíveis com algum componente e/ou dispositivo existente, os componentes novos deverão ser instalados em compatibilidade com as normas aplicáveis atualizadas e os vãos e locais utilizados pelos componentes atuais e não utilizados pelos novos componentes deverão trabalhados de forma a manter o padrão arquitetural do prédio.

### 2.3.7. OUTRAS CARACTERÍSTICAS

Os quadros de comando dos elevadores deverão ser interligados, formando dois sistemas, com as seguintes características:

- Os 05 (cinco) elevadores deverão operar em dois grupos separados. Em cada andar, deverá haver 02 (duas) botoeiras, uma que deverá servir para os 05 (cinco) elevadores que param no térreo, num sistema multiplex e outra que deverá servir os dois elevadores que param no subsolo, formando um sistema bplex independente. Uma vez que um usuário acione a botoeira, o sistema deverá enviar-lhe o elevador mais próximo, obedecendo a compatibilidade entre o sentido da chamada e o da





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

viagem do elevador. A operação dos elevadores, tanto em grupo quanto isoladamente, será seletiva na subida e na descida.

- Os elevadores deverão estar disponíveis para o público em geral, mas deverão poder, também, ser alternados para uso como elevador privativo ao se acionar um comando. Nessa função, deverão deixar de responder a chamadas externas.
- Quando for necessária **alimentação elétrica** através do **gerador de emergência** do prédio, o sistema deverá conduzir todos os elevadores, um de cada vez, ao pavimento mais próximo, permitindo a liberação de eventuais passageiros. Uma entrada do tipo contato seco deverá estar disponível para ativação desta condição. Um aviso, por gravação de voz, deverá informar aos passageiros sobre essa operação. Somente o último elevador a entrar em operação com energia fornecida pelo gerador deverá permanecer em operação.
- Cada um dos quadros de comando deverá permitir a supervisão total do respectivo elevador.
- Deverá haver iluminação suficiente e botoeira de inspeção sobre a cabine de cada elevador.
- Para todos os elevadores, deverá haver chave de segurança para acesso ao poço dos elevadores, conforme previsto pela NBR NM 207. Essa chave, assim como a iluminação do poço do elevador, poderá ser mantida sem alterações e/ou revisada por conta da Contratada, caso haja algum aspecto que influencie e/ou afete o funcionamento ou legalização do elevador junto aos órgãos afins.

### 2.3.8. MONITORAMENTO E COMANDO REMOTO DOS ELEVADORES

A Contratada deverá fornecer e instalar 01 (um) computador, equipado com sistema operacional e aplicativo de monitoramento e comando dos elevadores, de acordo com as seguintes especificações mínimas:

- processador com capacidade de, no mínimo, 3,0 GHz;
- memória com, no mínimo, 4 GB, fornecida em módulo único;
- memória de vídeo com 256 MB;
- HD com 320 GB;
- monitor LCD colorido de 17 polegadas;
- *mouse* óptico e teclado;
- unidade leitora de DVD com gravadora;
- placa de rede 10/100/1000.

O aplicativo de monitoramento deverá incluir uma interface gráfica didática em ambiente padrão Windows, e ser protegido contra alterações do programa executável.

Todos os elevadores deverão ser monitorados quanto a suas posições nas caixas de corrida, informando inclusive as posições dos elevadores em andares não atendidos, ou seja, quando posicionados em "zonas mortas". A Contratada deverá, de forma clara, diferenciar, com cores no monitor, as zonas mortas das zonas de atendimento normal.

O aplicativo deverá oferecer as seguintes funções, no mínimo:

- ligar/desligar os elevadores;
- ativar/desativar o serviço independente;
- ativar/desativar o serviço de bombeiros;







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- enviar os elevadores para determinado andar;
- reter os elevadores com as portas abertas em determinado andar;
- bloquear as chamadas dos elevadores para determinado andar;
- bloquear as chamadas de pavimento em determinado andar;
- fixar a data e a hora do sistema;
- alterar o pavimento de estacionamento do elevador, inclusive com hora marcada;
- alternar entre operação em grupo e isolada;
- indicar *status* dos dispositivos (trinco, limites, porta de cabine, alimentação elétrica);
- avisar sobre falhas.

O programa de monitoramento deverá poder emitir os seguintes relatórios:

- número de chamadas por pavimento;
- número de chamadas de cabine por pavimento;
- comandos realizados em períodos determinados de tempo;
- estatística de chamadas em períodos, por pavimento;
- situação dos elevadores;
- estatística de tempo de espera nos pavimentos por períodos do dia;
- estatística de chamadas de cabine por hora;
- falhas de segurança;
- estatística de paradas de manutenção corretiva e preventiva, por período.

Os aplicativos instalados serão de propriedade da Contratada, devendo ser informadas à Contratante as senhas de acesso. A Contratante poderá utilizá-los sob o regime de licença de uso, nas funções para as quais foram criados. Ao término do contrato, a Contratada deverá autorizar o uso do aplicativo à futura mantenedora.

Caso no futuro haja troca de um dos computadores que receberão o aplicativo, a Contratante poderá executar a reinstalação do programa, com ou sem auxílio da Contratada, a qualquer momento, sem que haja ônus para a Contratante.

O quadro e o computador de comando deverão permitir conexão com rede de automação predial mediante canais com padrão internacional.

A Contratada deverá instalar infraestrutura completa para interligar o computador, **a ser instalado na SALA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO (Térreo – Bloco B)**, e os painéis de controle da casa de máquinas e/ou cabine.

### 3. REMOÇÃO DOS COMPONENTES EXISTENTES

Os componentes a serem substituídos e/ou reformados nos 05 (cinco) elevadores existentes no local deverão ser integralmente removidos pela Contratada. Os itens a serem substituídos deverão ser descartados, sob suas expensas e respeitando as leis ambientais correntes.

### 4. TREINAMENTO

No prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos para entrega do primeiro elevador em funcionamento, a Contratada deverá realizar treinamento de pessoal da Contratante, com carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acerca do uso e conservação dos equipamentos, inclusive quanto aos aplicativos de controle.







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Esse treinamento deverá ser ministrado no mesmo imóvel por técnico(s) ou engenheiro(s) com notório conhecimento da área e com suficiente capacidade de comunicação.

O programa e o conteúdo detalhados deste treinamento deverão ser analisados previamente e em conjunto entre a Contratada e a Contratante de forma a atender às necessidades desta.

Para que haja a aceitação final do projeto, a Contratada deverá:

- I. Fazer o **comissionamento de operação de todos os elevadores integrados aos sistema de gerenciamento de tráfego** por meio da demonstração da operação de todos os aspectos do sistema;
- II. **Entrega de todos os documentos "As Built"**;
- III. **Entrega dos Manuais de Instruções** de Instalação, Operação e Manutenção dos novos componentes.

## 5. LEGALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Por se tratar de uma reforma que não muda as características técnicas dos elevadores, acreditamos não haver a necessidade de mudança e/ou registro em órgãos afins. Caso tal aprovação não seja aplicável, a Contratada deverá apresentar documentação explicitando e embasando tal fato.

Porém, **caso aplicável**, ficará a cargo da Contratada a legalização dos serviços junto aos Órgãos Públicos, tais como Gerência de Engenharia Mecânica (GEM) - Prefeitura do Rio de Janeiro, além dos demais que possam ser exigidos, devendo arcar com os respectivos custos decorrentes de tais providências.

Todas as exigências que venham a ser apresentadas aos projetos, por infringirem, de alguma forma, a legislação específica e que possam acarretar modificações conceituais no projeto deverão ser comunicadas à Contratante, acompanhadas de documentação do respectivo órgão que as deu origem, bem como das alterações propostas pela Contratada para atender às exigências, submetendo-as à aprovação da Contratante.

A Contratada será responsável pelas despesas decorrentes de todos os emolumentos prescritos por lei, despachantes, impostos diversos que digam respeito às obras e aos serviços contratados. Serão, ainda, de responsabilidade da Contratada as eventuais multas impostas pelas autoridades, decorrentes de infrações legais ou conduta irregular.

## 6. CARACTERÍSTICAS BASE DA LOCALIDADE

**6.1.** Em caso de necessidade, considerar na definição dos componentes as informações abaixo relacionadas, a serem confirmadas no local dos serviços.

**6.2. Área útil aproximada:** 1.350 m<sup>2</sup> / pavimento, excluídas as circulações e banheiros.

**6.3. População:** A população estimada do edifício é de 1000 (um mil) pessoas por dia, aumentando com maior concentração das 11 às 13 horas, e diminuindo das 17 às 19 horas. Público/Usuários: magistrados, servidores e estagiários; pessoal terceirizado e público externo (advogados, litigantes, testemunhas, etc).

**6.4. Capacidade de tráfego:** nos termos da NBR 5665, item 5.2.1, essa capacidade deve ser a de transportar, em 05 (cinco) minutos, e em subida, um percentual entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

por cento) da população do edifício. Para este cálculo, a Contratada deverá considerar operação com cabineiro.

**6.5. Dimensões das caixas de corrida para os três elevadores contíguos no hall principal:**

Para cada caixa de corrida, as dimensões são:

a) na caixa do Saguão Principal: 3,55 m de largura × 2,57 m de profundidade (para os dois elevadores);

b) nas três caixa do Hall Lateral: 1,85 m de largura × 2,57 m de profundidade (para cada elevador);

**6.6. Pés-direitos** (medidos de piso à piso superior): 3,42 m (valor médio – a ser conferido no projeto)

**6.7. Última altura** (altura entre piso do 14º pavimento e piso da casa de máquinas): 4,73 m.

**6.8. Profundidade do poço:** 2,56 m.

**6.9. Percurso dos elevadores** (altura da soleira do térreo à soleira do 10º pavimento): 31,67 m.

**6.10. Dimensões da casa de máquinas:** 17,85m X 5,50m X 2,06 (altura).

**6.11. Abertura livre:** 1,10 m para cada elevador, ou conforme máximo possível em projeto, sendo:

- todos os elevadores do **Hall Principal** terão abertura LATERAL
- todos os elevadores do **Hall Lateral** terão abertura CENTRAL
- Altura das portas dos três elevadores: 2,00 m ou superior.

**NOTAS:**

- Todas as **dimensões aqui declaradas deverão ser confirmadas** em visitas técnicas quando da elaboração do projeto de adequação dos novos componentes.
- As dimensões aqui apresentadas podem ser verificadas nos desenhos anexos conforme abaixo:
  - Layout de piso dos elevadores – ARQ-01/01;
  - Planta de localização dos elevadores – MEC-01/02;
  - Corte de localização dos elevadores – MEC-02/02.

**7. ELABORAÇÃO DE PROJETOS**

Caberá, à Contratada:

- Elaboração do Projeto Executivo de Instalação **relativo aos novos componentes** indicando as especificações, modelos, posicionamentos e demais características os componentes que irão substituir os hoje existentes.
- Tal projeto representa o **descritivo técnico** das modificações a serem feitas nos componentes/materiais referentes à recuperação (**antes x depois**).
- Apresentar o Projeto Executivo a ser aprovado pela Fiscalização e fazer as revisões necessárias para sua aprovação dentro do cronograma pré-estabelecido.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- Elaboração de “As Built”, incorporando, ao projeto, todas as alterações ocorridas após a elaboração do mesmo, ou durante o fornecimento e instalação dos elevadores no local.

#### 7.1. ASSINATURA DE PROJETOS

O Projeto Preliminar, o Projeto Executivo e o “As Built” (Versão Final), só serão considerados válidos, para fins de cumprimento de prazos pela Contratada, ou para sua aprovação ou pagamento pela Contratante, projetos que contenham a assinatura do responsável por sua elaboração, bem como o carimbo, com o número de sua inscrição no CREA.

#### 7.2. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS / PROJETOS “AS BUILT” / CÓPIAS

Os projetos deverão ser apresentados à Contratante em 02 (duas) cópias de papel sulfite e em meio digital (AutoCAD, ou similar), em Pen-Drive, atendendo a todas as normas pertinentes da ABNT. Para o acompanhamento dos serviços, deverá ser entregue mais 01 (uma) cópia à Contratante.

Os procedimentos de análise e aprovação da etapa “As Built” se dará com a entrega, pela Contratada, de 02 (duas) cópias de cada prancha do “As Built – Versão Inicial” e, após conferências e correções, de 02 (duas) cópias do “As Built - Versão Final”. Uma vez aprovados, a Contratada entregará, à Contratante, uma terceira cópia de cada prancha e 01 (uma) cópia em Pen-Drive.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 2 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

RECUPERAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO **DOS ELEVADORES DO BLOCO B**  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
**AV. VENEZUELA**, 134, SAÚDE  
RIO DE JANEIRO - RJ

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 44 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO 2 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

CRONOGRAMA  
RECUPERAÇÃO DOS ELEVADORES DA VENEZUELA BLOCO B

EVENTO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MÊS CONTATO APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO E RECEBIMENTO												% PREVISTO DA OBRA	VALOR
		MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12		
1	PROJETO	APRESENTAÇÃO À SJRJ	1	2										0,0%	R\$ -
2	Elevadores	APROVAÇÃO PELO SJRJ	1	2										2,0%	R\$ -
3	1 a 3	AS-BUILT E APROVAÇÃO PELO GEM-RJ, quando aplicável	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
4	MOBILIZAÇÃO	VISTORIA DA CONTRATADA ÀS INSTALAÇÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	0,0%	R\$ -
5	Elev. 1 a 3	ALOCÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	0,0%	R\$ -
6		Aquisição e ENTREGA do Sistema de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	3,0%	R\$ -
7	Recuperação do ELEVADOR	DESMONTAGEM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	1,0%	R\$ -
8	1	INSTALAÇÃO do SISTEMA de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
9		INSTALAÇÃO dos novos ACABAMENTOS e FORRO de proteção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
10		Comissionamento de Partida e ENTREGA do ELEVADOR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	10,0%	R\$ -
11		Aquisição e ENTREGA do Sistema de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	3,0%	R\$ -
12	Recuperação do ELEVADOR	DESMONTAGEM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	1,0%	R\$ -
13	2	INSTALAÇÃO do SISTEMA de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
14		INSTALAÇÃO dos novos ACABAMENTOS e FORRO de proteção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
15		Comissionamento de Partida e ENTREGA do ELEVADOR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	10,0%	R\$ -
16		Aquisição e ENTREGA do Sistema de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	3,0%	R\$ -
17	Recuperação do ELEVADOR	DESMONTAGEM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	1,0%	R\$ -
18	3	INSTALAÇÃO do SISTEMA de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
19		INSTALAÇÃO dos novos ACABAMENTOS e FORRO de proteção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
20		Comissionamento de Partida e ENTREGA do ELEVADOR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	10,0%	R\$ -
ITEM 01 - TOTAL DE INSTALAÇÃO DOS ELEVADORES DO HALL LATERAL		5%	3%	4%	15%	4%	14%	13%	0%					58%	R\$ -
21	PROJETO	APRESENTAÇÃO À SJRJ	1	2										0,0%	R\$ -
22	Elevadores	APROVAÇÃO PELO SJRJ	1	2										2,0%	R\$ -
23	4 e 5	AS-BUILT E APROVAÇÃO PELO GEM-RJ, quando aplicável	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
24	MOBILIZAÇÃO	VISTORIA DA CONTRATADA ÀS INSTALAÇÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	0,0%	R\$ -
25	Elev. 4 e 5	ALOCÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	0,0%	R\$ -
26		Aquisição e ENTREGA do Sistema de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	3,0%	R\$ -
27	Recuperação do ELEVADOR	DESMONTAGEM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	1,0%	R\$ -
28	4	INSTALAÇÃO do SISTEMA de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
29		INSTALAÇÃO dos novos ACABAMENTOS e FORRO de proteção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
30		Comissionamento de Partida e ENTREGA do ELEVADOR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	10,0%	R\$ -
31		Aquisição e ENTREGA do Sistema de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	3,0%	R\$ -
32	Recuperação do ELEVADOR	DESMONTAGEM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	1,0%	R\$ -
33	5	INSTALAÇÃO do SISTEMA de Comando/Acionamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
34		INSTALAÇÃO dos novos ACABAMENTOS e FORRO de proteção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
35		Comissionamento de Partida e ENTREGA do ELEVADOR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	10,0%	R\$ -
ITEM 02 - TOTAL DE INSTALAÇÃO DO HALL PRINCIPAL		4%	2%	2%	3%	14%	3%	12%	0%					40%	R\$ -
36	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO	APRESENTAÇÃO À SJRJ	1	2										0,0%	R\$ -
37		APROVAÇÃO PELO SJRJ	1	2										0,0%	R\$ -
38		INSTALAÇÃO do SISTEMA DE GERENCIAMENTO NOVO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	0,0%	R\$ -
39		COMISSONAMENTO, TREINAMENTO e ENTREGA DO SISTEMA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2,0%	R\$ -
ITEM 03 - TOTAL DE SUBSTITUIÇÃO DO SIST. DE GESTÃO E GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO		0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	0%					2%	R\$ -
TOTAL DE INSTALAÇÃO		9%	5%	6%	18%	18%	17%	27%	0%					100%	R\$ -
R\$ - Valor total da instalação (Valor Global Proposto - PROPOSTA)															
0% Itens da obra sem valor comercial															
R\$ - Valor percentual de cada item básico															
R\$ - Valores calculados automaticamente pela planilha															

Obs.: Os valores relativos às etapas só serão pagos ao término das mesmas.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 3 – MODELO DE PLACA DE OBRA

**RECUPERAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO DOS ELEVADORES DO BLOCO B  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
AV. VENEZUELA, 134, SAÚDE  
RIO DE JANEIRO - RJ**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 46 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO 3 – MODELO DE PLACA DE OBRA**

<p><b>Espaço reservado para arte da empresa contratada</b></p>	
PROCESSO Nº XXXXX	Nº DO CONTRATO: XXXXX
PRAZO: XX MESES	
DATA DE INÍCIO: XX/XX/XXXX	DATA DE TÉRMINO: XX/XX/XXXX
EMPRESA CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	CNPJ Nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX
 <b>JUSTIÇA FEDERAL</b> Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Responsável pela obra: Eng. .... (CREA Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX) Descrição da obra/serviço: RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS ELEVADORES DO BLOCO B DO FORUM MARILENA FRANCO Endereço da obra/serviço: AV. VENEZUELA, 134, SAÚDE RIO DE JANEIRO - RJ Custo da obra: R\$ .... Contratante: JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO RIO DE JANEIRO

**Obs.:** PLACA DE OBRA PÚBLICA, DIMENSÕES ( 2,00 X 1,125 ) m.



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 4 – MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO PARA MEDIÇÃO

RECUPERAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO **DOS ELEVADORES DO BLOCO B**  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
**AV. VENEZUELA, 134, SAÚDE**  
RIO DE JANEIRO - RJ

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 48 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO 4 – MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO PARA MEDIÇÃO**

**Relatório Fotográfico      Medição: 01      LOCALIDADE**

FOTO

Foto 1

*Item 1.1.1 – descrição do item resumido*





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 5 – FOTOS DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS ELEVADORES

**RECUPERAÇÃO** POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO **DOS ELEVADORES DO BLOCO B**  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
**AV. VENEZUELA**, 134, SAÚDE  
RIO DE JANEIRO - RJ

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 50 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 5 – FOTOS DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS ELEVADORES

### 1. Fotos referentes aos três ELEVADORES DO HALL LATERAL



Máquinas de tração

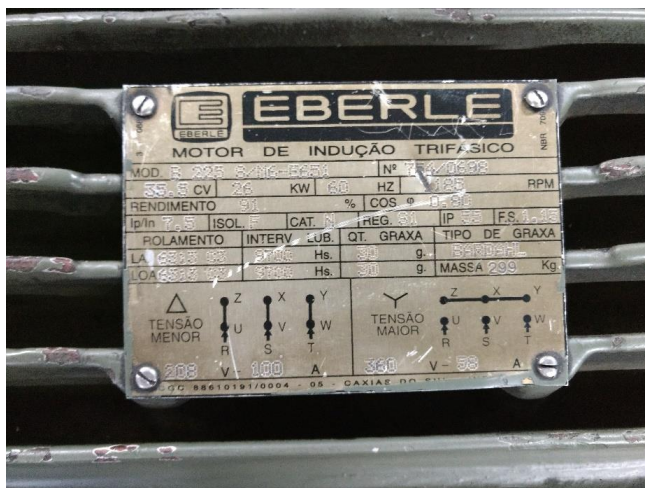


Plaqueta da máquina de tração

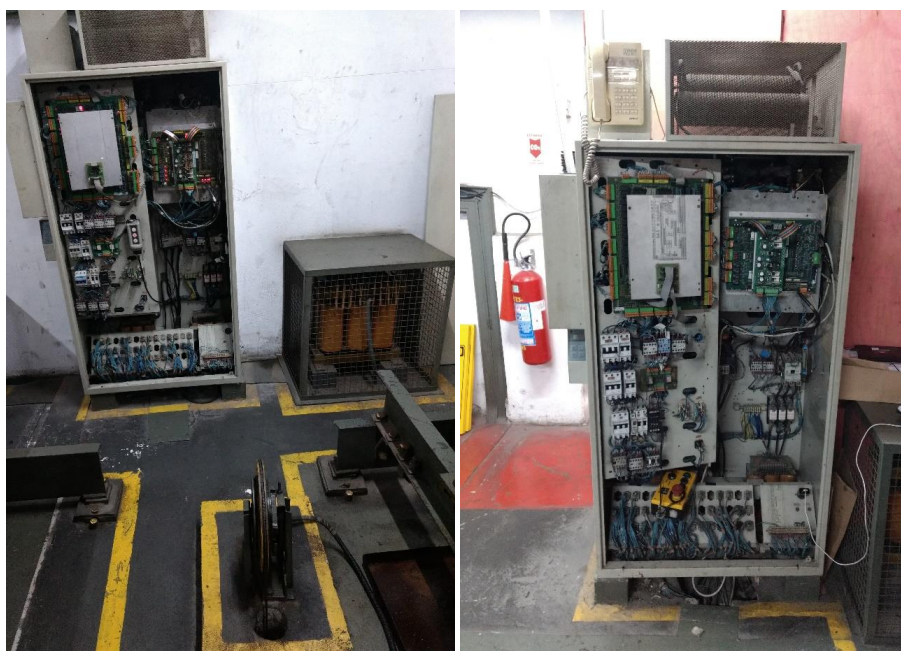




JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



Plaqueta do motor de tração



Detalhe dos quadros de comando e regulador de velocidade





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



Posicionamento do quadro de disjuntores de entrada



Detalhe do disjuntor de entrada em 380 V – 3Ø – 60 Hz







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



Fundo da cabine de um elevador mostrando o dispositivo de segurança atual



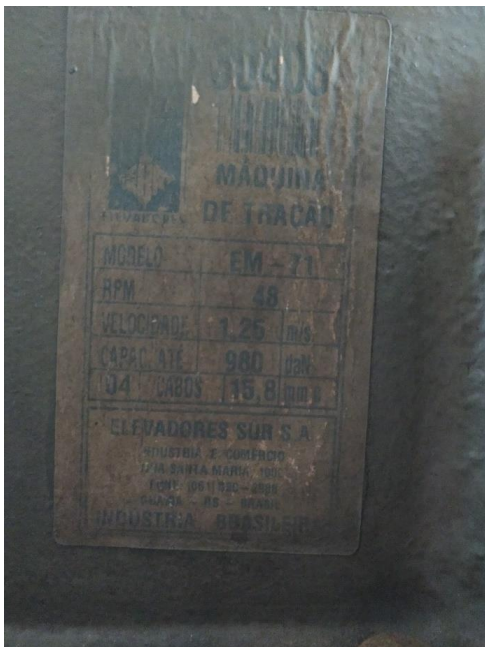


JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2. Fotos referentes aos dois ELEVADORES DO HALL PRINCIPAL



Máquinas de Tração e reguladores de velocidade

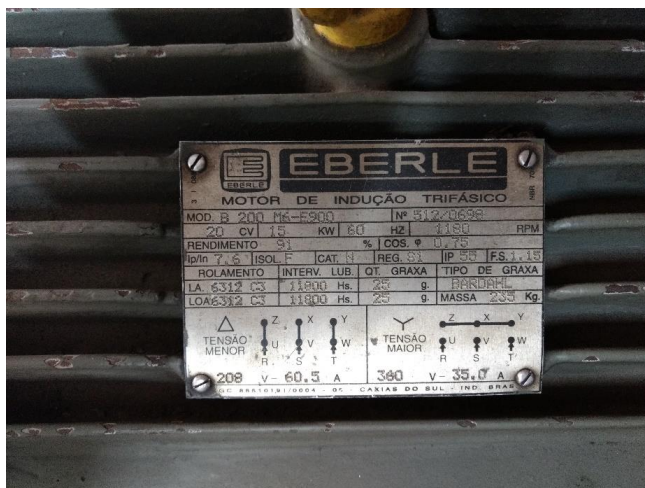


Plaqueta da Máquina de Tração

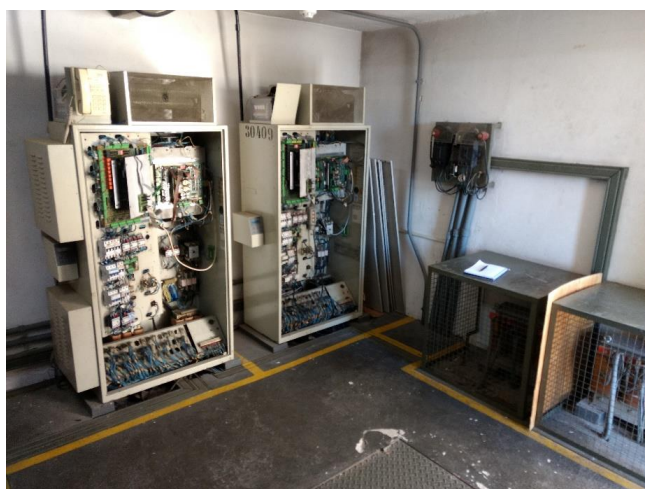




JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



Plaqueta do motor de tração



Vista geral dos quadros de comando



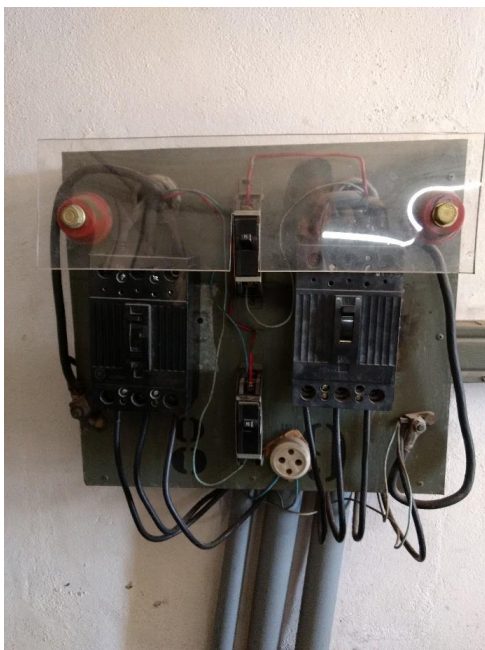




JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



Posicionamento dos transformadores e quadro de disjuntores de entrada



Detalhe do quadro de disjuntores de entrada em 380 V – 3Ø – 60 Hz





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 6 – MODELO DE PLANILHA DE BDI

RECUPERAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO **DOS ELEVADORES DO BLOCO B**  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
**AV. VENEZUELA, 134, SAÚDE**  
RIO DE JANEIRO - RJ

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 58 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A

**SIGA** 



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## ANEXO 7 – MODELO PARA PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

**RECUPERAÇÃO** POR SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E QUADROS  
DE COMANDO **DOS ELEVADORES DO BLOCO B**  
DO FORUM MARILENA FRANCO  
**AV. VENEZUELA**, 134, SAÚDE  
RIO DE JANEIRO - RJ

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE  
Coordenadoria de Projetos e Obras - CPEO  
Seção de Projetos – SEPRO

Elevadores Venezuela Bloco B - JUSTIÇA FEDERAL – SJRJ/SIE/CPEO/SEPRO – Seção de Projetos Pág. 60 de 62



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>



JFRJSEC201900226A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 7 - MODELO DE DECLARAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO 7		
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO-DE-OBRA		
RIO DE JANEIRO		VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2018
DESONERADO - PLANILHA DE REFERÊNCIA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %
GRUPO A		
A1	INSS	0,00
A2	SESI	1,50
A3	SENAI	1,00
A4	INCRA	0,20
A5	SEBRAE	0,60
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTE DO TRABALHO	3,00
A8	FGTS	8,00
A9	SECONCI	1,00
<b>A</b>	<b>TOTAL</b>	<b>17,80</b>
GRUPO B		
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,99
B2	FERIADOS	4,87
B3	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,92
B4	13º SALÁRIO	10,82
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,72
B7	DIAS DE CHUVA	1,23
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11
B9	FÉRIAS GOZADAS	7,69
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03
<b>B</b>	<b>TOTAL</b>	<b>44,45</b>
GRUPO C		
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,93
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	6,09
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	5,05
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,41
<b>C</b>	<b>TOTAL</b>	<b>16,60</b>
GRUPO D		
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	7,91
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42
<b>D</b>	<b>TOTAL</b>	<b>8,33</b>
<b>TOTAL ( A+B+C+D)</b>		<b>87,18</b>

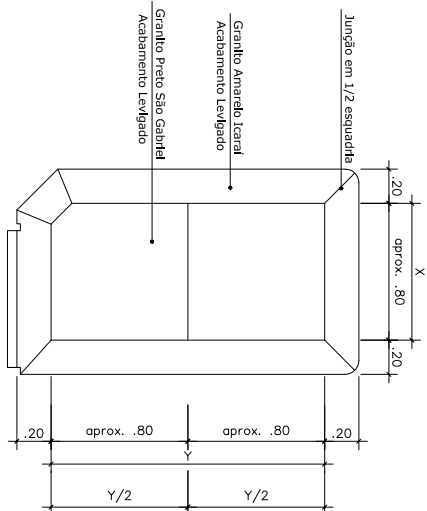




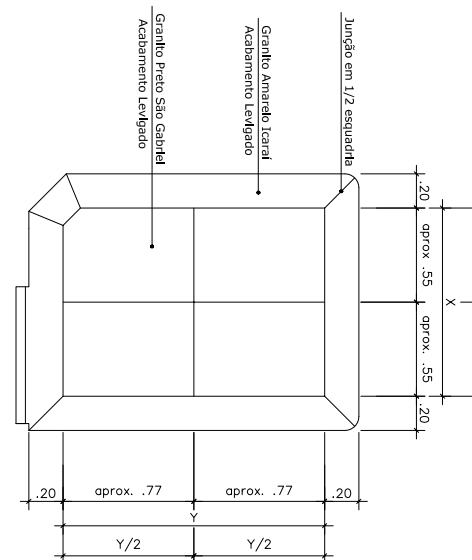
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 7		
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO-DE-OBRA		
RIO DE JANEIRO		VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2018
PLANILHA EM BRANCO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %
GRUPO A		
A1	INSS	
A2	SESI	
A3	SENAI	
A4	INCRA	
A5	SEBRAE	
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTE DO TRABALHO	
A8	FGTS	
A9	SECONCI	
A	TOTAL	0,00
GRUPO B		
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	
B2	FERIADOS	
B3	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	
B4	13º SALÁRIO	
B5	LICENÇA PATERNIDADE	
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	
B7	DIAS DE CHUVA	
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	
B9	FÉRIAS GOZADAS	
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	
B	TOTAL	0,00
GRUPO C		
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	
C	TOTAL	0,00
GRUPO D		
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	
D	TOTAL	0,00
TOTAL (A+B+C+D)		0,00





1 Elevadores Saguão  
ESCALA: 1/25



2 Elevadores Hall  
ESCALA: 1/25

OBS.: As medidas da caixa do elevador podem variar de acordo com o modelo a ser adquirido, porém o limitador para a dimensão da caixa é o tamanho do prisma.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

NOME DO PROJETO

REFORMA DOS ELEVADORES DA AV. VENEZUELA, BL. B

LOCAL

AV. VENEZUELA, Nº: 134, CIDADE: RIO DE JANEIRO

TÍTULO

PROJETO DE ARQUITETURA

PLANTA DE PISO DOS ELEVADORES DO SAGUÃO E HALL

AUTOR

LIANA BEZERRA FERNANDES

EQUIPE

SEPRO

CAU: A25902-0

DESENHO

CAMILA GONÇALVES

ESCALA  
INDICADA  
DATA

06 /2016

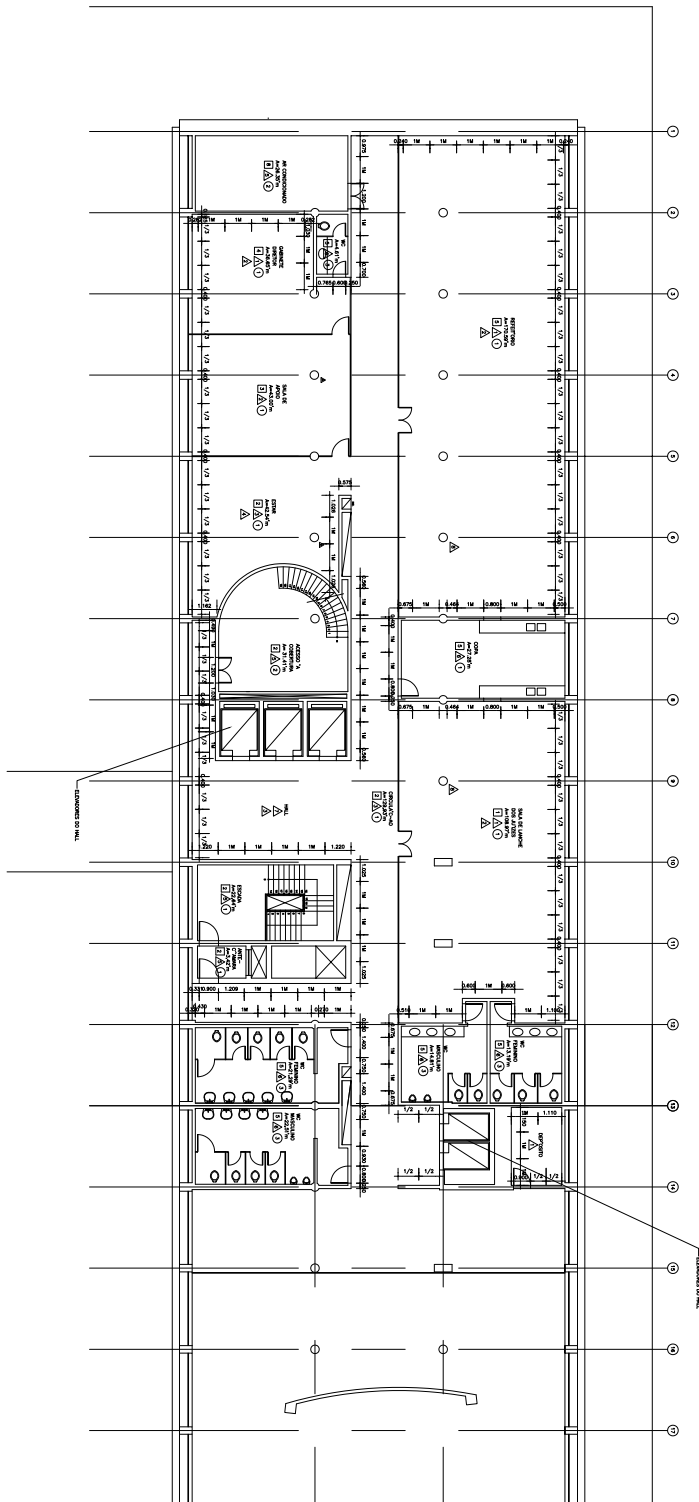
ARQ - 01/01





JFRJSEC201900226A

SIGA



1 PLANTA 10º PAVIMENTO  
ESCALA 1:100

NOTAS  
1. TUDO AS DIMENSOES ESTAO EM METROS.  
2. COBERTURA MEDIDA NA GRUA.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REFORMA DOS ELEVADORES DA AV. VENI

AV. VENEZUELA, Nº 134, CIDADE: RIO DE JANEIRO

LOCALIZAÇÃO DOS ELEVADORES NA VENEZUELA

ELEVADORES DO SAGUÃO E HALL - PLANTA

DELSON DOS SANTOS

DELSON DOS SANTOS

DELSON DOS SANTOS

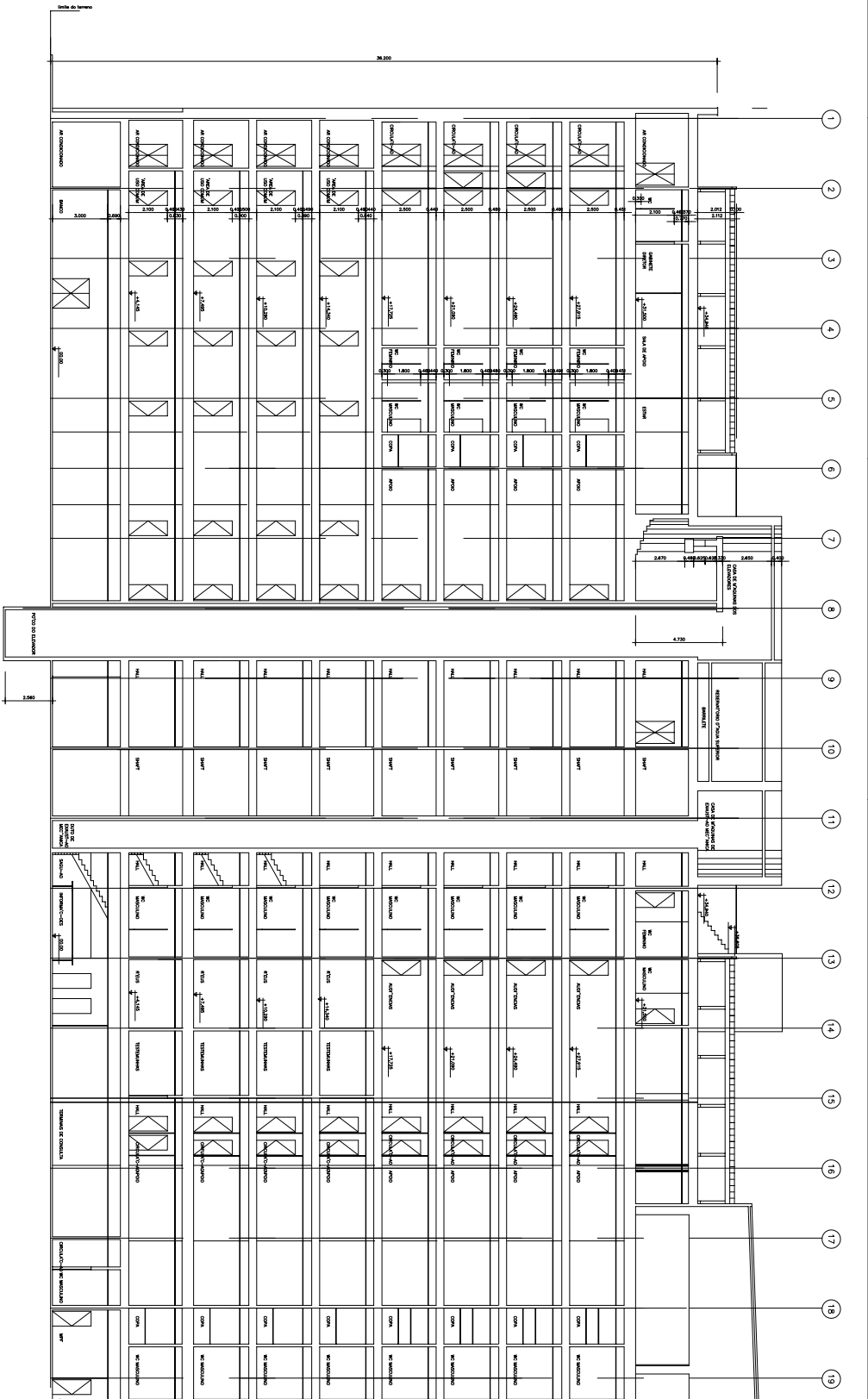
DELSON DOS SANTOS



Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>

MEC - 01/02





1 CORTES  
ESCALA 1:100

NOTAS  
1. TODAS AS DIMENSÕES ESTÃO EM METROS.  
2. CONTEREM MEDIDAS NA OBRA.

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REFORMA DOS ELEVADORES DA AV. VENI  
AV. VENEZUELA, Nº 134, CIDADE: RIO DE JANEIRO

LOCALIZAÇÃO DOS ELEVADORES NA VENEZUELA  
ELEVADORES DO SAGUÃO E HALL - CORTES

DESENHO DOS SANTOS  
CRAJAF 2007/7813-4

DESENHO DOS SANTOS  
CRAJAF 2007/7813-4

DESENHO DOS SANTOS  
CRAJAF 2007/7813-4

MEC - 02/02

Assinado digitalmente por LIANA BEZERRA FERNANDES e FLAVIO ROITMAN.  
Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.  
Documento Nº: 2677915.25303670-8174 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2677915.25303670-8174>